



DOCUMENTO PROPOSTA
DA
ESTRATÉGIA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO
2024-2043

FICHA TÉCNICA

Propriedade:

Governo de Moçambique

Edição:

Ministério da Economia e Finanças

Coordenação: Ministério da Economia e Finanças

Redacção: Ministério da Economia e Finanças

Colaboração: [Ministérios sectoriais, Províncias, Secretárias do Estado, Parceiros de Cooperação](#)

Periodicidade: 20 anos

Endereço:

Ministério da Economia e Finanças
Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento
Av. Julius Nyerere N° 449, 15° Andar.
Tel: +258 823058247
Maputo-Moçambique

Índice

Índice de tabelas	4
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	4
Agradecimentos	5
Abreviaturas e acrónimos.....	6
Prefácio	7
Sumário executivo.....	8
I. Introdução.....	10
II. Análise do Diagnóstico.....	12
2.1 Análise da Situação Actual	12
2.2 Análise FOFA.....	26
2.3 Desafios	29
2.4 Pré-Condições	30
III. Estratégia NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2024-2043	31
3.1. Missão.....	31
3.2. Visão	31
3.3. Valores	32
3.4. Princípios	33
IV. Modelo de Desenvolvimento Nacional e Cenários Macroeconómicos	34
4.1 Modelo de Desenvolvimento	34
4.2 Cenários Macroeconómicos.....	39
V. Objectivos e Pilares de Implementação da ENDE	55
5.1 Objectivo Central.....	55
5.2 Objectivos Específicos.....	55
5.3 Pilares de Implementação da Estratégia.....	56
3.1 Objectivos do Pilar	67
3.2 Principais Indicadores e Metas:	68
3.3 Programas prioritários:.....	69
4.1 Objectivos do Pilar:	71
4.2 Principais Indicadores e Metas	72

4.3 Programas prioritários:	73
VI. Mecanismo De Implementação	79
6.1 Operacionalização	79
6.2 Órgãos e Responsabilidades.....	81
6.4 Monitoria e Avaliação.....	86
VII. Matriz de Indicadores de Desenvolvimento Nacional (2024-2043).....	87
Anexo 6. Resultados do Cenários	94
Anexo 5. Glosário	97

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Principais indicadores do Desempenho Económico de Moçambique (1998-2022)	13
Tabela 2: Evolução Estrutura Económica e Proporção de Empregos por sector	14
Tabela 3: Evolução dos Indicadores Sociais	16
Tabela: 4 WBGI = Indicadores de governança do Banco Mundial	22
Tabela 5: Índice de Desempenho Ambiental (EPI).....	25

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produtividade laboral média por sector (USD).....	15
Gráfico 2: Modelo de Desenvolvimento.....	34
Gráfico 3: Tendência da Participação da Força de Trabalho (%).....	53
Gráfico 4: Pilares de Implementação da ENDE 2024-2043	56
Gráfico 5: Articulação entre os principais Instrumentos de Planificação e orçamentação	79
Gráfico 6: Órgãos e responsabilidades	81

AGRADECIMENTOS

O Governo de Moçambique expressa a sua profunda gratidão a todas as pessoas e organizações que contribuíram para a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Queremos destacar os líderes do país e aos membros do Governo por seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e por fornecer um ambiente propício para a elaboração desta estratégia. Agradecemos também aos representantes do sector privado, parceiros de cooperação, academia, sociedade civil, comunidades locais, jovens e adolescentes que participaram activamente do processo de consulta e diálogo, compartilhando suas experiências, perspectivas e ideias.

Este documento é resultado de um esforço conjunto de muitas pessoas e entidades que dedicaram seu tempo, conhecimento e habilidades para construir uma visão de longo prazo compartilhada e uma estratégia abrangente para o desenvolvimento sustentável e inclusivo de Moçambique.

Gostaríamos de agradecer especialmente à equipe de coordenação da estratégia, que trabalhou incansavelmente para garantir que todo o processo fosse conduzido de forma eficiente e eficaz, e que a estratégia fosse elaborada de acordo com os padrões internacionais e melhores práticas. Também expressamos nossa gratidão a todos os especialistas e consultores que contribuíram com as suas habilidades técnicas e conhecimento especializado em diversas áreas temáticas.

Finalmente, agradecemos a todas as pessoas que dedicaram seu tempo e esforço para rever e comentar as diferentes versões da estratégia, fornecendo percepções valiosas e sugestões que ajudaram a melhorar o documento. Sua contribuição foi fundamental para garantir que a estratégia refletisse as aspirações e necessidades de todos os sectores da sociedade.

Mais uma vez, o Governo de Moçambique agradece a todos e reconhece a importância de seu trabalho e esforço em tornar possível a elaboração desta Estratégia Nacional de Desenvolvimento.

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
ES	Estratégia Sectorial
ET	Estratégia Territorial
ES1	Ensino Secundário do 1º Ciclo
ES2	Ensino Secundário do 2º Ciclo
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MEF	Ministério da Economia e Finanças
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PEA	População Economicamente Activa
PNUD	Programa das Nações Unidas
PEE	Plano Estratégico da Educação
PQM	Programa Quinquenal dos Municípios
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PESOM	Plano Económico e Social e Orçamento Municipal
PO-OGDP	Plano de Orçamento dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial
SPO	Sistema de Planificação e Orçamentação
SISTAFE	Sistema da Administração Financeira do Estado
WGI	Indicadores Mundiais de Governação
USD	Dólar Norte-americano

PREFÁCIO

É com entusiasmo que apresentamos a Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique, um documento fundamental que orientará nossos esforços em direcção a um futuro próspero, competitivo, sustentável, seguro e inclusivo para todos os cidadãos moçambicanos. Receonhecemos os desafios significativos que enfretamos em nossa jornada de desenvolvimento, mas estamos determinados a superá-los com determinação, coragem e união.

Nosso lema é “*Não deixar ninguém para trás*”, e isso nos motiva a assegurar que todas as pessoas em Moçambique tenham acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento económico, social e ambiental. Acreditamos que isso só será alcançado trabalharmos juntos como uma nação unida, incluindo governo, sector privado, sociedade civil, academicos, religiosos, parceiros de cooperação.

Nossa visão é que, *até 2043, Moçambique seja um país próspero, competitivo e sustentável, onde a inclusão seja uma realidade, a segurança esteja garantida e a qualidade de vida da população seja uma prioridade*. Nossa economia será diversificada, eficiente e liderada por um sector privado fortalecido. Nossa missão é *promover um desenvolvimento económico e social sustentável, inclusivo, equitativo e resiliente, visando o aumento do bem-estar e elevação da qualidade de vida da população por meio de políticas integradas e participativas*.

Acreditamos que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento será uma ferramenta valiosa para nos orientar em nossa jornada de desenvolvimento e garantir que ninguém seja deixado para trás. Convidamos a todos os moçambicanos a se juntarem a nós nesta jornada de transformação e a trabalharmos juntos para tornar a nossa visão uma realidade.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) é um instrumento de planificação que estabelece as directrizes estratégicas para alcançar o crescimento económico e o desenvolvimento social de forma sustentável e inclusiva ao longo de um período de 20 anos.

A ENDE foi desenvolvida com base em pesquisas, consultas a diversos actores do desenvolvimento e revisões de políticas e estratégias anteriores. Este instrumento foi concebido para lidar com os desafios e explorar oportunidades em um ambiente global cada vez mais competitivo. Adicionalmente, a estratégia é flexível e adaptável, permitindo ajustes à medida que as condições sócioeconómicas, políticas e outros factores se alterarem.

Os principais objectivos da ENDE abrangem o fortalecimento da governação e da transparência, o desenvolvimento da infraestrutura estratégica do país, o desenvolvimento do capital humano, a promoção da diversificação da economia, o aumento da produtividade e competitividade, a garantia do acesso e qualidade dos serviços básicos, a promoção da inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

Para alcançar esses objectivos, a ENDE é operacionalizada por cinco (5) pilares fundamentais: (1) Transformação Estrutural da Economia; (2) Transformação Social e Demográfica; (3) Infraestruturas e Ordenamento territorial; (4) Governação; e (5) Ambiente e economia circular. Cada pilar é constituído por objectivos estratégicos, indicadores de resultado e metas a serem atingidas até 2043.

Com a implementação da ENDE, a expectativa é obter os seguintes resultados principais a longo prazo:

- i. Melhoria na eficácia e transparência da governação;
- ii. Estabilidade macroeconómica e Crescimento económico diversificado, inclusivo e sustentável;
- iii. Aumento da renda per capita e melhoria da qualidade de vida da população;
- iv. Redução significativa da pobreza e das desigualdades sociais;
- v. Melhoria na saúde e educação da população, resultando no aproveitamento do dividendo demográfico e numa força de trabalho mais qualificada e produtiva;
- vi. Desenvolvimento de sectores que agregam valor e fortalecem a competitividade do país, com destaque para agroindústrias;
- vii. Avanços significativos na área de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico;

- viii. Implementação de políticas públicas focadas na sustentabilidade e protecção do meio ambiente;
- ix. Melhoria na infraestrutura económica e social, impulsionando o desenvolvimento em todas as zonas do país; e
- x. Consolidação de uma economia resiliente, capaz de enfrentar desafios internos e externos.

Espera-se atingir, em 2043, as seguintes metas-chave:

- Aumentar a taxa média anual de crescimento do PIB real de 4.1% para 9.2%;
- Elevar a taxa de rendimento médio per capita de USD 605.9 para USD 3,309.3;
- Melhorar a esperança de vida à nascença de 55.7 anos para 76 anos;
- Reduzir a taxa de analfabetismo de 38.3% para 19.3%;
- Aumentar o acesso a energia da rede pública de 39% para 100%;
- Aumentar o acesso a água segura de 53.6% para 85%;
- Aumentar o acesso ao saneamento seguro de 31.7% para 68%;
- Reduzir a proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional de 68.2% para 27.9%;
- Reduzir o índice de desigualdade de 5 para 3;
- Melhorar a percepção do controle da corrupção (pontos 0 à 100), de 15.9 pontos para 42 pontos;
- Aumentar o Investimento Directo Estrangeiro (IDE), em percentagem do PIB, de 10.7% para 45.9%.
- Melhorar a capacidade de previsão e resposta a eventos extremos (cheias, secas, etc) de 5 dias para 2 dias;
- Aumentar o Índice de Desempenho Ambiental, (pontos de 0 à 100), de 31.7 pontos para 59.9 pontos.

A implementação da ENDE requer a coordenação e articulação de diversos actores, tanto públicos quanto privados, nacionais e internacionais, que participam das diferentes etapas do ciclo de gestão de projectos: planificação, execução, monitoria e avaliação. A ENDE conta com um sistema integrado de gestão para acompanhar o progresso, verificar o cumprimento das metas, avaliar os resultados alcançados e facilitar a comunicação, a transparência e a prestação de contas.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento é um instrumento ambicioso com o objectivo de transformar o país numa economia moderna, competitiva, e sustentável e inclusiva. Para o sucesso da implementação da ENDE, é fundamental o envolvimento activo de todas as partes interessadas, incluindo, sem esgotar, o governo, sector privado, sociedade civil, parceiros de cooperação e academia. O sucesso dependerá de um compromisso político sólido, mobilização de recursos significativos em termos humanos e financeiros, e avaliações regulares do progresso.

I. INTRODUÇÃO

Moçambique está a vivenciar um momento económico promissor com a descoberta e exploração de recursos naturais de grande valor comercial, com destaque para o gás. A exploração desses recursos tem pontencial de permitir importantes transformações económicas, sociais, políticas e ambientais com impactos positivos na vida dos cidadãos.

No entanto, o país enfrenta desafios significativos, como uma economia pouco diversificada com alta dependência do sector primário (agrário e extractivo), capital humano pouco desenvolvido, infraestruturas insuficientes e inadequadas, desemprego, pobreza e desigualdades, crescimento acelerado da população e o acesso limitado aos serviços básicos como saúde, educação, energia, água e saneamento. O país também lida com questões como corrupção, instabilidade política, terrorismo e violência armada em algumas zonas no norte do país, e fraca resiliência climática a vulnerabilidades e desastres naturais.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2024-2043 tem como objectivo principal promover um desenvolvimento nacional sustentável, inclusivo, equitativo e resiliente, impulsionado pelo crescimento económico. Este propósito é alcançado através de diversas metas, como o fortalecimento da governação e da transparência, o desenvolvimento da infraestrutura estratégica do país, o desenvolvimento do capital humano, a promoção da diversificação da economia, o aumento da produtividade e competitividade, a garantia do acesso e qualidade dos serviços básicos, a promoção da inclusão social e a sustentabilidade ambiental. A finalidade é melhorar a qualidade de vida da população e reduzir as desigualdades.

A elaboração da ENDE fundamenta-se nas prioridades do Governo e na necessidade de estabelecer uma visão de longo prazo para o desenvolvimento do país. Adicionalmente, atende as questões legais relacionadas à Lei do SISTAFE, nº 14/2020 de 23 de Dezembro, que estabelece a estratégia nacional como instrumento de referência para orientar o processo de planificação e desenvolvimento nacional. A estratégia também se ajusta ao pacote de descentralização em curso no país e as questões conjunturais e estruturais da economia. A ENDE, igualmente, está alinhada com os compromissos internacionais e regionais, como Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento sustentável, Agenda da União Africana (UA) 2063, Carta Africana dos Direitos Humanos, Protocolo da SADC, entre outros.

A ENDE foi desenvolvida de forma participativa, envolvendo actores de desenvolvimento do *sector* público, sector privado, sociedade civil, parceiros de cooperação, academia, jovens e adolescentes. Ela se baseou em análises de dados e estudos sectoriais para fundamentar as decisões estratégicas.

A presente estratégia constitui a base para todo o processo de planificação e será implementada através de outros instrumentos de planificação e orçamentação como: (a) os planos Estratégias Sectoriais e Territoriais; (b) o Programa Quinquenal do Governo (PGQ); (c) o Plano Quinquenal (PQ); (d) o Cenário Fiscal de Médio Prazo; e o (e) Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE).

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2024-2043, é organizada em (4) quatro capítulos, nomeadamente (i) Introdução, (ii) Análise do diagnóstico, (iii) Directrizes estratégica, (iv) Mecanismos de implementação da ENDE. Cada capítulo contém várias secções que apresentam as informações e análises relevantes.

II. ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO

O presente diagnóstico visa fornecer uma visão abrangente do desempenho actual de Moçambique nos aspectos económico, social, governança e ambientais. Essa análise holística é essencial para fundamentar o desenvolvimento de estratégias integradas que promovam o crescimento económico sustentável, inclusão social, boa governança e proteção ambiental.

2.1 **Análise da Situação Actual**

2.1.1 Contexto Económico

Moçambique registrou um crescimento económico robusto ao longo dos anos, com uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 7% ao ano, em aproximadamente duas décadas, conforme pode-se verificar na tabela 1 abaixo. No entanto, o país também enfrentou desacelerações periódicas devido a factores como a instabilidade política, eventos climáticos extremos, terrorismo e o impacto da pandemia da COVID-19.

Os sectores agrário, extractivo, manufactura e serviços (turismo) têm se mostrado como pilares importantes da economia. No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados para que o país possa alcançar um crescimento sustentável e inclusivo de longo prazo, como a diversificação da economia.

O Sector Primário constituído por (produção agrária, pesca e mineira) ainda é caracterizado pelo baixo nível de produtividade. A baixa produtividade deste sector deve-se, sobretudo: (i) ao baixo nível de acesso e uso de insumos melhorados; (ii) fraca adopção de tecnologias e sua limitada transferência; (iii) limitada disponibilidade de serviços agrícolas; (iv) limitada infra-estrutura de produção e de transportes (v) elevada sazonalidade; (vi) capacidade limitada de agro-processamento; e (vii) crescente vulnerabilidade climática com efeitos no rendimento agrícola e segurança alimentar. O subsector extractivo apresenta uma forte dependência nos megaprojectos que não são intensivos em mão de obra, sendo que a maior parte da população economicamente activa continua no sector agrário, representando 75.4% da força de trabalho.

O sector secundário é caracterizado pelo baixo desempenho da indústria transformadora. O desempenho do sector tem sido influenciado por factores como: (i) infra-estruturas; (ii) clima de investimentos (ambiente de negócios); (iii) elevados custos de investimento; (iv) atraso tecnológico; e (v) baixo nível de qualificação da mão-de-obra.

Tabela 1. Principais indicadores do Desempenho Económico de Moçambique (2003-2022)

Indicadores	2003	2005	2009	2012	2014	2015	2019	2020	2021	2022
PIB nominal (Milhões de MT)	156,571	204,516	337,482	473,492	563,666	648,075	970,297	988,863	1,058,442	1,175,292
PIB real (Milhões de MT)	363,744	418,431	560,504	691,815	794,066	852,772	970,297	958,464	981,251	1,024,032
PIB per capita	342.8	436.2	541.0	678.4	714.6	658.2	529.7	473.4	524.6	581.7
Taxa de crescimento real (%)	7.2	6.3	6.9	8.0	7.7	7.4	2.3	(1.2)	2.4	4.4
Taxa de Desemprego						20,7		17,5		18.4
Inflação média anual (%)	13.5	6.4	3.9	2.6	2.6	3.6	2.8	3.1	6.4	10.3
Taxa câmbio médio anual (%)	23.8	23.2	27.8	28.5	31.5	38.3	62.5	69.5	65.5	63.9
Exportação Total (em % do PIB)	26.9	19.80	17.70	23.2	23.4	23.5	30.5	25.6	35.4	33.6
Exportação excluindo mega projectos (em % do PIB)	11.6	5.5	6.9	10.0	8.3	9.5	9.9	7.7	9.8	8.2
Importação Total (em % do PIB)	55.2	25.4	28.2	47.6	44.4	52.1	44.1	41.9	49.7	60.1
Importação excluindo megaprojectos (em % do PIB)	40.2	21.1	21.7	34.7	36.1	45.8	38.3	36.4	44.6	31.1
Balança comercial (em % do PIB)	(28.3)	(5.6)	(10.5)	24.4	22.6	(28.6)	(13.6)	(13.2)	(13.2)	(26.5)
Balança comercial excluindo megaprojectos (em % do PIB)	(28.6)	(15.6)	(14.8)	(24.6)	(27.9)	(36.3)	(28.4)	(32.3)	(32.3)	(22.9)
Investimento directo estrangeiro (IDE), em % do PIB	5.1	1.2	7.4	33.9	27.4	22.8	22.0	21.3	31.6	10.7
Receita do Estado (em % do PIB)	9.6	10.2	14.1	20.8	27.7	24.1	28.5	23.8	25.1	23.3
Despesa do Estado (em % PIB)	18.0	19.6	24.8	30.7	40.3	30.9	32.5	39.6	36.7	36.2
Stock da Dívida Pública (em % do PIB)			1.3	1.2	1.5	1.5	1.3	1.3	1.3	1.2
Saldo Primário	(0.8)	(3.0)	(2.8)	(2.7)	(9.2)	(4.3)	3.6	(3.2)	(2.9)	(1.6)

Fonte: MEF, INE e BM, 2022

2.1.1.1 Evolução da Estrutura Económica e Emprego

A estrutura produtiva do país apresenta poucas alterações em sua composição, sendo dominada pelo sector terciário (serviços), que registou um peso considerável nos últimos anos, representando em média 54.7%, onde se destacam o comércio e outras actividades informais.

O sector primário (agrário e extrativo), ocupa a segunda posição na estrutura produtiva, com uma média de 30.8%.

O sector secundário (indústria) permanece pouco desenvolvido, representando em média um peso de 14.5%. A tabela 2 apresenta a evolução da estrutura económica e proporção de empregos por sector.

Tabela 2: Evolução da Estrutura Económica e Proporção de Empregos por sector

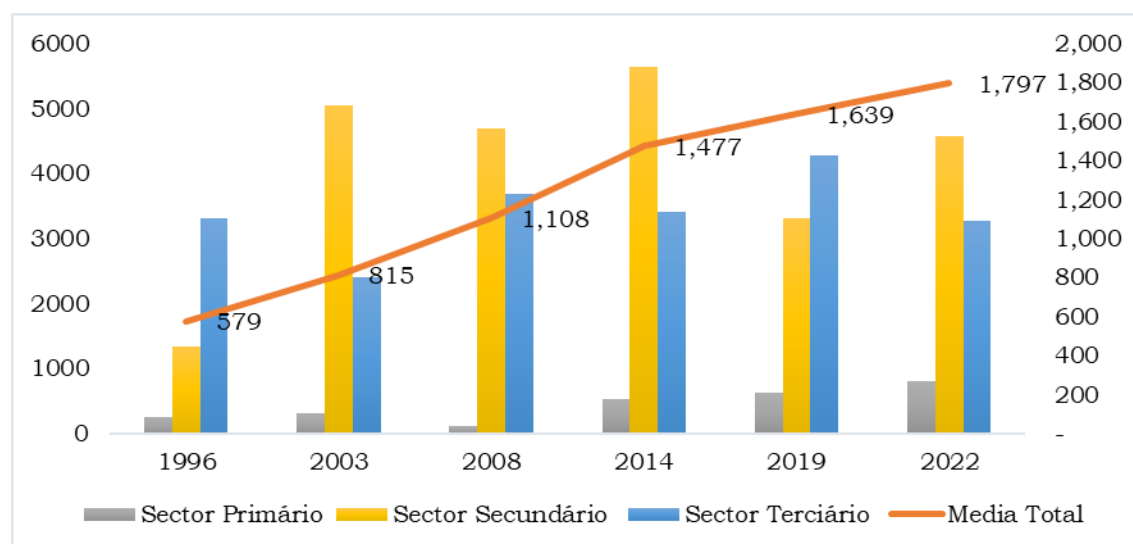
Indicador	2000	2003	2009	2014	2019	2022
Proporção de sector no PIB						
Sector primário	19.3	23.2	29.2	28.7	35.9	37.1
Sector secundário	19.3	18.4	15.6	13.4	12.8	12.4
Sector terciário	61.4	58.4	55.2	57.9	51.3	50.5
Total	100.0	100.00	100.0	100.0	100.0	100.0
Empregos por sector						
Sector primário	87.0	80.5	80.4	71.0	70.3	75.4
Sector secundário	4.0	3.4	4.6	4.9	8.5	4.4
Sector terciário	9.0	16.1	15.0	24.1	21.2	20.2
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: INE (IAFs e IOFs)

2.1.1.2 Produtividade Laboral Média por Sector (USD)

A produtividade laboral é relativamente baixa em Moçambique. Contudo, entre os três sectores, foi significativamente maior no sector da indústria. O sector de serviços registou também melhorias na produtividade, embora com tendência de estabilização ao longo do tempo. Apesar de algumas melhorias, sobretudo no início da presente década, o sector primário tem estado a baixar no nível médio de produtividade nos últimos anos.

Gráfico 1: Produtividade laboral média por sector (USD)



Fonte: Banco Mundial, Jobs Cross-Cutting Solutions Área data para Moçambique, INE, MEF

2.1.2 Contexto social e demográfico

No que diz respeito aos aspectos sociais, Moçambique enfrenta desafios significativos como o acesso aos serviços básicos, pobreza, desigualdades e vulnerabilidade a choques e crises. A taxa de pobreza de 68.2% ainda é alta, com grande parte da população a viver abaixo da linha de pobreza. O acesso à educação, saúde e serviços básicos é limitado, especialmente nas áreas rurais. A desigualdade de renda também persiste como um desafio, afectando negativamente a coesão social.

A situação social em Moçambique registou progressos, entre 2000 e 2022, com destaque em para as áreas de educação, energia, emprego (IOF,2022). No entanto, caracteriza-se, ainda, por desafios persistentes.

No ranking mundial, Moçambique continua na lista dos países menos desenvolvidos, ocupando a posição 185 em 191 países analisados em termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2021. O país apresentou um IDH de 0.446 que o coloca abaixo do valor médio (0.518) do grupo de países de baixo desenvolvimento humano e, abaixo do valor médio do IDH (0.547) da África Subsaariana (PNUD, 2021). Uma das dimensões mais distintivas dos desafios de desenvolvimento de Moçambique é o elevado nível de desnutrição crónica, cuja taxa se mantém elevada, acima de 35%, conforme pode ser observado na tabela 3 abaixo:

Tabela 3: Evolução dos Indicadores Sociais

	INDICADOR	2003	2009	2015	2020	2022
População	Índice de Desenvolvimento Humano % (IDH)	0.3	0.4	0.4	0.5	0.4
	Taxa de crescimento da população	2.4	2.8	2.7	2.5	2.5
	Índice de Gini (desigualdade)	0.4	0.4	0.5	0.5	0.5
	Incidência da Pobreza medida (Po) a nível Nacional (%)	52.8	51.7	46.1	68.2	68.2
	Incidência da Pobreza Multidimensional %	66.0	59.0	45.0	53.0	53.0
Saúde	Esperança de vida à nascença (anos)	46.3	51.7	53.8	54.9	55.7
	Percentagem de crianças menores de 5 anos com desnutrição crónica (%)	47.0	42.6	43.3	38.0	37.0
	Percentagem de crianças menores de 5 anos com desnutrição aguda (%)	5.0	5.9	3.5	5.5	4.0
	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	101.0	89.9	79.2	67.4	39.0
	Prevalência de HIV de 15 aos 49 anos (%)	14.0	11.5	13.2	12.5	12.6
	Prevalência da Malária em crianças de 6-59 meses (%)		38.5	40.0	39.0	32.0
	Taxa de uso de métodos contraceptivos modernos entre as mulheres de 15-49 anos de idade casadas/unidas	11.7	11.3	25.0	25.0	25.4
	Taxa de uso de métodos contraceptivos modernos entre as mulheres de 15-49 anos de idade não casadas e sexualmente activas	40.6	30.1			46.6
Educação	Taxa de analfabetismo de 15+ anos ou mais	53.6	67.0	44.9	39.9	39.9
	Taxa de conclusão ensino primário ambos sexos		53.0	37.0	48.0	49.6
	Taxa de conclusão ensino secundário ambos sexos			16.4	30.75	29.75
	Média de anos de escolaridade			3.2	3.5	3.5
	Taxa líquida de escolarização ensino primário			115.9	109.0	112.8
	Taxa líquida de escolarização ensino secundário			13.5	43.7	43.4
	Taxa bruta de escolarização do ensino técnico e profissional			1.3	1.6	1.2
	Rácio aluno por professor ensino primário			62.7	67.2	58.4
Segurança/crime	Rácio aluno por professor ensino secundário			60	68.0	62.4
	Estabilidade política e ausência de violência ou terrorismo	52.3	68.7	27.6	10.8	11.3
Habitação	Controle da Corrupção	32.8	40.7	22.1	25.0	22.6
	Percentagem da população que consome água proveniente de fonte segura	21.0	37.2	50.3	49.6	53.6
	Percentagem da População que usa o saneamento seguro	13.0	20.0	27.0		31.7
	Percentagem da população com acesso à energia da rede pública	8.1	15.0	24.0	30.1	39.0
	Percentagem da população que em habitações construídas com blocos de cimento			26.3	32.7	37.3
	Percentagem da população que em habitações cobertas por laje de betão			1.4	1.5	1.6
Proteção social	Percentagem da população que em habitações cobertas por chapas de zinco			35.0	42.2	44.2
	Percentagem de agregados familiares cobertos por programas de protecção social básica			16.0	23.6	15.3
	Percentagem de crianças vítimas de uniões prematuras			2.2	2.3	3.7
Genero	Despesas do Governo em programas de protecção social (% do PIB)			0.5	0.5	0.5
	Índice de desenvolvimento do Género (IDG)		0.449	0.877	0.868	0.912
	Índice de desigualdade de Género		0.718	0.582		0.523
	Percentagem de assento ocupados pelas mulheres no parlamento	35.6	38.0	39.6	42.4	42.2

Fonte: INE

2.1.2.1 População e bem-estar

A população estimada de Moçambique é de cerca de 31.62 milhões de habitantes, com uma densidade populacional de 38 habitante por quilómetro quadrado, de acordo com os dados do INE, 2023. O país está a enfrentar um rápido crescimento da população, com uma taxa de 2.5%, resultando, nos últimos 5 anos, em um aumento de aproximadamente 3.75 milhões de habitantes entre 2017 e 2022. Esse crescimento é ainda mais acelerado na população jovem, entre 15 a 35 anos, com uma taxa de 3.6%

A razão de dependência em Moçambique é de 103.2%, sendo mais alta entre os jovens (95.9%) e nas áreas rurais (115.6%) em comparação com as áreas urbanas (83.1%). A força de trabalho do país é constituída pela população entre 15 a 64 anos, que representam 49.2% da população total, dos quais 84.9% considerada População Economicamente Activa (PEA). Desta PEA, cerca de 18.4% não está absorvida pelo mercado de trabalho, encontrando-se envolvidos em trabalhos ocasionais, por conta própria ou como trabalhadores familiares não remunerados.

Da PEA absorvida pelo mercado de trabalho, 74.7% está envolvida em actividades primárias (agricultura, silvicultura, pesca e mineração), 4.4% em actividades secundárias (indústria transformadora, construção e energia), e 20.2% nas terciárias (transportes e comunicações, comércio e finanças, serviços administrativos e outros), onde a maioria está concentrada no comércio e finanças. No entanto, observa-se que as actividades primárias são desenvolvidas pela população sem nenhum nível de educação e que nunca frequentou a escola. A parte da população que é absorvida pelos outros ramos de actividade fora das primárias, é a que adquiriu um nível de educação entre o primário e superior.

Em termos de pobreza as estimativas indicam um aumento na pobreza de consumo, subindo de 46.1% em 2014/15 para 68,2% em 2019/20. Esse aumento foi mais notável em áreas rurais, com taxas particularmente altas nas regiões centro (68,9%) e norte (78,5) do país, (MEF, 5ª Avaliação da Pobreza, 2021).

A pobreza multidimensional registou uma variação mais estável da taxa, passando de 55% em 2014/15 para 53% em 2019/20, sugerindo melhorias ligeiras no acesso à educação e água potável. No entanto, ainda prevalece o desafio de condições habitacionais adequadas com acesso a água e saneamento seguro, electricidade e a posse de bens duráveis, com maior ênfase nas zonas rurais onde reside 66,6% da população total do país.

As desigualdades, medidas pelo coeficiente do Gini, aumentaram ligeiramente ao nível nacional (urbano/rural e regional) de 0.47 em 2014/15 para 0.51 em 2019/20, sendo mais acentuado nas áreas rurais e regiões norte do país. Igualmente, tem estado a aumentar as desigualdades sociais devido ao surgimento de bolsas de insegurança alimentar e fome derivadas do aumento dos preços dos alimentos, choques climáticos que afectam a produção agrícola das famílias e a situação de terrorismo no norte do país.

2.1.2.1 Saúde e Nutrição

Houve melhorias notáveis no acesso aos serviços de saúde, impulsionadas pelo aumento do número de unidades sanitárias. Actualmente, as infraestruturas de saúde estão mais próximas dos cidadãos, com cerca de 67,1% da população tendo acesso a uma unidade sanitária. Igualmente, a satisfação da população em relação aos serviços de saúde prestados aumentou significativamente, passando de 53% em 2014/15 para 59.5% em 2022, de acordo com os dados do INE (IOF, 2022).

No entanto, ainda persistem desafios e limitações no que respeita a:

- i. Altas taxas de mortalidade materna, infantil (39%) e neonatal (24%);
- ii. Taxas de desnutrição crónica infantil que permanecem acima de 35%;
- iii. O tempo de espera, a falta de medicamentos essenciais e equipamentos médicos, que constituem factores de insatisfação da população em relação aos serviços de saúde.

2.1.2.2 Educação

Observa-se uma expansão significativa dos serviços de educação, conjuntamente com um aumento de ingresso de alunos, alfabetizando e educando nas escolas e centros de alfabetização e educação de adultos. No entanto, persistem desafios com destaque para:

- i. A taxa de analfabetismo permanece alta, embora tenha reduzido entre as pessoas com 15 anos ou mais, passando de 39,9% em 2019/20 para 38.3% em 2022. É importante notar que o analfabetismo prevalente entre as mulheres (49,2%) em comparação com os homens (25.9%) (IOF, 2022). Igualmente, são evidentes as desigualdades entre os níveis de analfabetismo em áreas rurais (52.3%) e áreas urbanas (19.7%), (IOF, 2022).
- ii. O nível primário do primeiro grau é frequentado pela maioria, representando 52.3% da população de todas as idades, com a excepção da população, com idades compreendidas entre os 15 e 19 anos, que compõem 32.4% com o

nível de ensino secundário do primeiro ciclo frequentado. Em todas as províncias, a maioria da população frequentou o ensino primário (EP1 e EP2). No entanto, a cidade de Maputo possui a maior percentagem da população que frequenta ou já frequentou o nível superior.

- iii. A maioria da população concluiu o ensino primário, correspondendo a 18.8% enquanto 45.8% não possuem qualquer nível de escolaridade concluído;
- iv. As infra-estruturas de educação, principalmente no nível do ensino pré-escolar e secundário, continuam sendo insuficientes e aquém do necessário para garantir equidade de acesso, qualidade e equidade na aprendizagem.
- v. Os livros escolares são distribuídos gratuitamente. No entanto, a cobertura não atende plenamente o universo de alunos.
- vi. A superlotação nas escolas, refletida na elevada proporção aluno-professor, a falta de salas de aula, a escassez de infraestruturas essenciais de água e saneamento em muitas escolas, bem como a carência de professores qualificados, representam desafios persistentes no sistema de educação nacional.

2.1.2.3 Condições de Habitação

2.1.2.3.1 Água

O acesso a água proveniente de fonte segura registou um aumento variando de 49.6% em 2019/20 para 53.6% em 2022. Este aumento foi mais significativo nas áreas urbanas com cerca de 78.2% da população consome fonte de água segura, em relação a 41.1% das áreas rurais, (INE, IOF 2022). No entanto, enfrenta-se desafios:

- i. 46.4% da população não consome água de uma fonte segura, sendo que 28,7% da população dependem do poço não protegido e 12% do rio, lago ou lagoa;

2.1.2.3.2 Saneamento

O acesso ao saneamento seguro, pela população, registou um modesto aumento, passando de 31% em 2019/20 para 31.7% em 2022. Essa melhoria é mais significativa em áreas urbanas, onde 60.8% usa o saneamento seguro, em comparação com 16.9% em áreas rurais, (INE, IOF 2022). Não obstante, acesso ao saneamento seguro constitui ainda um desafio:

- ii. 42.2% dos agregados familiares ainda utilizam uma latrina não melhorada enquanto 26.1% não possuem latrina/retrete nenhuma ou praticam o fecalismo a céu aberto.

2.1.2.3.3 Energia

A percentagem da população que utiliza a eletricidade da rede pública para a iluminação aumentou no país, passando de 30.1% em 2019/20 para 33% em 2022. Nas áreas urbanas, essa percentagem corresponde a cerca de 75.3%, enquanto na áreas rurais é de 12.8%, (INE, IOF 2022). No entanto, ainda persistem desafios:

- i. A fonte principal de iluminação a nível nacional é a pilha, com cerca de 38.3% da população que faz o uso, sendo mais significativa nas áreas rurais (50.2%) que as urbanas (14.9%).
- ii. Igualmente, cerca de 8.1% da população utiliza a lenha como fonte de iluminação, dos quais 11.5% em áreas rurais e 1.4 em áreas urbanas.

2.1.2.3.4 Habitação

A percentagem da população que reside em habitações com cobertura de material convencional aumentou de 39.4% em 2014/19 para 47.5% em 2022, ao mesmo tempo que a percentagem da população que vivem em habitações cobertas com material não convencional reduziu de 60.7% em 2014/19 para 52.5% em 2022. No que diz respeito ao tipo de piso, observa-se que a percentagem da população que vive em habitações com piso convencional aumentou passando de 34% em 2019/20 para 35.9% em 2022, enquanto as habitações com o piso não convencional reduziu de 66% em 2019/20 para 64% em 2022, (INE, IOF 2022). No entanto, ainda persistem desafios:

- i. Cerca de 52.4% da população reside em habitações que possuem cobertura de capim, colmo ou palmairas, sendo essa prevalência mais significativa nas áreas rurais (68.2%) do que nas áreas urbanas (21.3%).
- ii. Igualmente, aproximadamente de 33.9% da população reside em habitações com piso de adobe (terra abatida), e 30% vivem em habitações com piso sem revestimento, sendo essas condições mais comuns nas áreas rurais, com aproximadamente 43% e 38.1%, respectivamente.

2.1.2.4 Género

O índice de desigualdade de género do PNUD classificou 191 países em 2022, e coloca Moçambique na posição 185^a, com o valor de 0.537. Este índice analisa três dimensões de género que mostraram variações entre 2015 a 2022,

designadamente: i) saúde reprodutiva, onde mostra melhorias na taxa de mortalidade materna, de 480 para 289, entretanto, a taxa de gravidez entre os adolescentes registou um aumento de 137.8 para 165.8; ii) O empoderamento, mostra melhorias na percentagem dos assentos parlamentares ocupados por mulheres de 39.6 para 42.4, igualmente, na percentagem da população com pelo menos o nível de ensino secundário, registou-se melhorias em ambos sexos (M de 1.4 para 10.8 e H de 6.2 para 20.2), contudo, continua a desvantagem das mulheres em relação aos homens; iii) As actividades económicas mostram redução da proporção da participação no mercado de trabalho para ambos sexos (M de 85.5 para 77.7 e H de 82.8 para 78.9).

2.1.2.5 Protecção Social

A protecção social no país, registou avanços da Segurança Social Básica no período de 2010 á 2022, no que diz respeito: i) aumento de beneficiários de 254 mil para 445.1 mil; ii) nos valores das transferências sociais em 370% entre; e iii) na despesa pública com os programas de acção social de 0.2% do PIB para 0.51% do PIB.

2.1.2.6 Juventude

A População do país é maioritariamente jovem e em idade economicamente activa, apresentando uma taxa de crescimento de 3,6%, a um ritmo mais acelerado que da população total (2.8%). Esse crescimento constitui simultaneamente uma oportunidade, mas também um desafio para o país, sobretudo no que diz respeito a provisão de serviços como educação, saúde, emprego, habitação entre outros.

2.1.3 Contexto da Governação

Moçambique registrou avanços significativos em termos de estabilidade e maturidade política desde os acordos gerais de paz em 1992 e as primeiras eleições gerais e multipartidárias de 1994 (ARD, 2009).

No entanto, os indicadores Mundiais de Governação do Banco Mundial (WGI) revelaram apenas uma ligeira melhoria em uma das seis áreas medidas. O WGI aponta desafios em questões como qualidade regulamentar, Estado de direito, voz e responsabilidade, estabilidade política e eficácia governamental. Apesar de uma deterioração nesses indicadores nos últimos 10 anos, o país ainda mantém pontuações próximas à média da África Subsaariana. como ilustra a tabela 4 abaixo.

Tabela: 4 WBGI = Indicadores de governança do Banco Mundial

Indicadores		Percepções	00	05	09	15	19	22
Voz e Responsabilidade	(i) capacidade dos cidadãos em participar na selecção dos governos; (ii) a liberdade de expressão, (iii) a liberdade de associação e (iv) a imprensa	África Subsaariana	31	32	33	33	33	33
		Moçambique	45	52	44	38	32	31
Estabilidade Política e ausência de violência / terrorismo	(i) possibilidade de o Governo ser destabilizado ou derrubado por meios violentos ou inconstitucionais, incluindo (ii) violência política e (iii) terrorismo	África Subsaariana	35	34	34	32	31	31
		Moçambique	41	50	58	28	20	11
Eficácia Governamental	(i) qualidade dos serviços públicos, (ii) o grau de independência dos serviços face a pressões políticas, (iii) a qualidade das políticas formuladas e implementadas, bem como a (iv) credibilidade dos compromissos do Governo em relação essas políticas.	África Subsaariana	29	27	27	27	26	26
		Moçambique	41	37	34	23	19	19
Qualidade de Regulação	(i) capacidade do Governo para formular e implementar políticas e regulamentos que permitam e promovam o desenvolvimento do sector privado	África Subsaariana	30	29	30	30	28	28
		Moçambique	44	25	38	35	23	23
Estado de Direito	O grau de confiança e de cumprimento das regras da sociedade por parte dos agentes, em particular, a (i) qualidade da execução de contratos, (ii) os direitos de propriedade, (iii) a polícia, (iv) os tribunais assim como a (v) probabilidade de crime e violência	África Subsaariana	30	29	30	31	29	29
		Moçambique	28	33	39	21	15	15
Controle da Corrupção	Até que ponto o exercício de poder público é utilizado para obtenção de ganhos privados, incluindo todas as formas de corrupção assim como a “captura” do estado por elites e por interesses privados	África Subsaariana	33	31	32	31	31	31
		Moçambique	22	28	25	31	26	26

Fonte - Banco Mundial

Moçambique enfrenta desafios significativos em áreas críticas, como corrupção, eficácia governamental e controle de corrupção, embora tenha feitos progressos em outras áreas, como infraestrutura, saúde e educação.

Moçambique apresenta uma posição intermediária na África subsaariana em relação ao indicador voz e responsabilização. No entanto, registou um declínio de 45 pontos em 2000 para 31 pontos em 2022.

Na Estabilidade Política e terrorismo verifica-se um declínio 26.8% entre 2000 a 2022 e com diferença de -20 pontos em relação a África Subsariana.

Sobre o Estado de direito país apresentou uma tendência negativa entre 2000 e 2022, impulsionada por uma queda na Segurança e Estado de Direito 53.5% e na Participação e Direitos Humanos (4.9%).

A categoria eficácia governamental, mostra a tendência de declínio nos últimos anos, significando que a percepção sobre a qualidade dos serviços públicos; competência na administração pública; a independência das pressões políticas; e a qualidade e credibilidade dos compromissos do Governo em relação a essas políticas registou declínio 46.3%.

O País registou declínio na qualidade de regulação, sobretudo na implementação de políticas e regulamentos que promovam o desenvolvimento do setor privado em 52,2%. Contudo, o Governo criou instituição que deve regular, investigar e supervisionar as questões de concorrência na maioria dos sectores do país com vista a melhorar o ambiente de negócio no setor privado.

2.1.4 Contexto Ambiental

A performance ambiental é medida através do Índice de desempenho Ambiental (EPI), elaborado pelo Fórum Económico Mundial e pela Universidade Yale, que avalia o quanto um determinado país está a atingir os objectivos de política ambiental. De acordo com a avaliação de 2022, Moçambique ficou classificado na 144^a posição em um total de 180 países com uma pontuação no EPI de 31.7, uma queda significativa em relação à pontuação de 45.7 em 2006. Sugerindo uma tendência de decréscimo do índice de desempenho ambiental, como mostra a tabela 5 abaixo.

Contudo, na África Subsariana, o país ocupa a 32^a posição de 46 países, o que significa que, apesar das preocupações ambientais, o país está em uma posição relativamente intermediária em comparação com seus vizinhos.

Os dados mostram que houve melhorias na categoria de biodiversidade e habitat, com um aumento de 35%, atribuído aos esforços do governo em aumentar áreas protegidas e promover práticas agrícolas sustentáveis. Adicionalmente, houve um aumento de 3% nos recursos pesqueiros em relação a 2008.

No entanto, há áreas de preocupação significativa. A qualidade do ar e da água, bem como o saneamento, sofreram declínios acentuados, com uma redução de 38.5% e 28.6%, respectivamente, em 2022 em relação a 2008. Podendo-se relacionar à perda de floresta, particularmente na província da Zambézia em mais de 50%, e à exposição da população a metais pesados.

A categoria agrícola, também registou um impacto negativo de 34.1% em 2022, principalmente devido a práticas inadequadas de cultivo, como queimadas, corte de árvores para abertura de machambas e abate indiscriminado de florestas para a produção de carvão vegetal. Resultando em erosão e empobrecimento do solo, bem como um aumento nas emissões de carbono.

Tabela 5: Índice de Desempenho Ambiental (EPI)

Indicadores	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	2020	2022
Qualidade do ar	74.6	98.3	51.53	58.6	68.33	71.97	61.43	40.7	37.9
Água e Saneamento		57.3	57.4	34.2	2.9	21.9	16.2	16.4	16.4
Metais Pesados							31.6	23.7	23.3o
Biodiversidade e habitat	39.7	55.4	60.1	58.5	63.2	39.7	90.5	67.4	53.7
Florestas		94.4	92.8	62.9	4		10.6		10.2
Recursos Pesqueiros		55.4	66.2	44.1	23.7	84	50.7	16.3	57.1
Clima e energia	84	99.8	89.9	88.8			23.1		34.8
Emissões de Poluição							48.6	54.1	54.1
Recursos Hídricos	86.7				25		45.7	20	20
Agricultura	88.9	63.8	24.8	28.9	50.7	100	23.3	34.4	30.4
EPI	45.7	53.9	51.2	47.8	30	41.8	46.4	33.9	31.7

Fonte: Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC), 2021

2.2 Análise FOFA

 Forças	 Fraquezas
❖ Localização geo-estratégica, o país apresenta uma localização que pode facilitar o comércio internacional e acesso a mercados vizinhos; ❖ População maioritariamente jovem e em idade economicamente activa, oferece um potencial valioso de mão-de-obra e consumo, impulsionando o crescimento económico; ❖ Potencial em recursos naturais que pode ser uma base para a diversificação económica e exportação de commodities; ❖ Potencial turístico notável, com capacidade de atrair visitantes durante todas as épocas do ano, graças à diversidade de atracções, incluindo praias, vida selvagem, paisagens naturais e culturais. Essa diversidade proporciona oportunidades para o desenvolvimento do turismo em várias vertentes, como turismo de aventura, turismo cultural, ecoturismo e muito mais; ❖ Existência de uma rede de transporte multimodal (marítimo, rodoviário e ferroviário) interligada aos países do interland, concorre para a facilitação do comércio e da conectividade com os países vizinhos do interior, promovendo o comércio regional e o desenvolvimento económico; ❖ O país possui uma diversidade de condições	❖ Instabilidade Macroeconómica e Fraca capacidade financeira do Estado, prejudicam a estabilidade económica e a prestação de serviços públicos; ❖ Corrupção, constitui uma ameaça à integridade das instituições, à eficiência do governo e ao desenvolvimento económico, minando a confiança pública e prejudicando o progresso; ❖ Baixo nível de produção e produtividade, limitam o crescimento económico e a competitividade; ❖ Baixo nível de formação do capital humano, a falta de investimento na formação do capital humano pode limitar o potencial da força de trabalho; ❖ Baixa qualidade de prestação de serviços básicos, como saúde, educação e infraestruturas, representam uma ameaça ao bem-estar da população e à qualidade de vida, comprometendo o desenvolvimento social e económico do país; ❖ Défice de infra-estruturas e insuficiente serviço de apoio a produção, constituem uma limitante ao crescimento económico e a competitividade, dificultando a diversificação da economia e o acesso a mercados internos e externos; ❖ Desigualdades sociais (entre as zonas rurais e urbanas) e zonas (Centro, Norte e a Sul), podem criar tensões e limitar o desenvolvimento equitativo;

biofísicas que comportam uma biodiversidade terrestre, marítima e aquática que é um factor ímpar na região da África Austral e no mundo. Essa riqueza oferece oportunidades para o turismo e pesquisa científica, além de destacar a importância da conservação; ❖ Existência de corredores logísticos de desenvolvimento, podem criar oportunidades para expandir o comércio, melhorar a conectividade regional e atrair investimentos, promovendo o crescimento económico e o desenvolvimento; ❖ Existência de mercado interno e externo para produtos produzidos no país, pode impulsionar a produção e a comercialização de produtos nacionais.	❖ Acelerado ritmo de crescimento demográfico, pode sobrecarregar os recursos existentes, aumentar a demanda dos serviços básicos e a pressão sobre os ecossistemas, tornando-o um desafio para a planificação e desenvolvimento sustentável; ❖ Elevados índices de doenças endémicas como a malária e o HIV/SIDA e altas taxas de desnutrição crónica, representam uma ameaça à saúde da população, sobrecarregam o sistema de saúde e afectam a produtividade da força de trabalho; ❖ Existência de agregados familiares pobres, chefiados por crianças, mulheres e pessoas idosas, enfrentam desafios adicionais, incluindo acesso limitado a recursos económicos, educação e serviços de saúde, o que perpetua a pobreza e a exclusão social; ❖ Dispersão espacial da população nas zonas rurais, dificultam a entrega eficaz de serviços, o acesso a oportunidades económicas e desenvolvimento infraestrutura; ❖ Predominância de assentamentos informais nas zonas peri-urbanas das principais cidades, aumenta os desafios de planificação urbana, acesso a serviços e criação de condições de vida adequadas; ❖ Efectivo e condições insuficientes das Forças de Defesa e Segurança a nível da extensão do território, pode prejudicar a capacidade do país de manter a estabilidade interna e a segurança nas fronteiras; ❖ Fraca articulação e coordenação institucional, pode levar a ineficiências, conflitos e dificuldades na implementação de políticas e estratégias.
---	---

 Oportunidades	 Ameaças
❖ Aceleração da transição demográfica, representa uma oportunidade única para aproveitar o dividendo demográfico, à medida que a população jovem entra na força de trabalho, impulsionando o crescimento económico e a produtividade; ❖ Crescente procura internacional de commodities, oferece oportunidades de exportação e crescimento económico; ❖ Restauração da confiança internacional, melhorar a imagem internacional do país pode atrair investimentos estrangeiros e parcerias comerciais sólidas; ❖ Transição energética, investir em fontes de energia renovável pode diversificar a matriz energética e promover a sustentabilidade.	❖ Influência dos choques económicos e políticos internacionais, constituem uma ameaça à estabilidade económica e política do país, dado que são eventos fora do controle directo podem afectar negativamente a economia e as relações internacionais; ❖ Mudanças climáticas e vulnerabilidades a desastres naturais, como inundações e secas, representam uma ameaça à infraestrutura, segurança ambiental e ao bem-estar da população, exigindo medidas de mitigação e adaptação; ❖ Terrorismo no norte do país, representa uma ameaça à segurança interna, estabilidade regional e ao desenvolvimento nacional, requerendo esforços para conter a violência e promover a segurança; ❖ Incertezas de controlo de pandemias e os seus impactos, constituem uma ameaça à estabilidade social e económica, exigindo aprimoramento das medidas de saúde pública e preparação para emergências. ❖ Incidência de raptos e sequestros humanos

2.3 Desafios

- i. **Boa Governação, prevenção e combate à corrupção** - Implementar mecanismos e reforçar as instituições, procedimentos e os comportamentos pessoais e sociais positivos, em ordem à eliminação de todas as formas de corrupção e seus efeitos negativos.
- ii. **Defesa e Segurança.** Prevenção e combate ao terrorismo, crime organizado, crimes cibernéticos, falsificação de documentos autênticos, tráfico de órgãos e seres humanos.
- iii. **Desenvolvimento do capital humano** - Melhorar o acesso à e a qualidade da educação, combater a desnutrição, melhorar a saúde e o bem estar de cada pessoa, desde a pequena infância, a protecção contra a violência e contra os choques resultantes de conflitos ou desastres naturais. Agir nos factores que originam a tendência de aumento da desigualdade urbana/rural, territorial e de género. Deste modo, reverter a tendência de baixa qualificação da mão-de-obra nacional, e de desigualdade de oportunidades, em ordem ao aproveitamento do potencial do dividendo demográfico e em ordem ao bom desenvolvimento destas e das novas gerações que nascerão na vigência da ENDE;
- iv. **Desenvolvimento de Infra-estruturas** - Investir em infra-estruturas com efeito directo na melhoria dos níveis de produção, produtividade e ligação aos mercados, bem como no bem-estar da população, em ordem a um crescimento inclusivo e ao potenciar das fontes de competitividade latentes em todas as regiões e províncias do país;
- v. **Diversificação da economia nacional** - Superar a dependência do sector primário e viabilizar o processo sustentado de desenvolvimento;
- vi. **Prevenção ambiental e resiliência às mudanças climáticas** - Desenvolver capacidades de prevenção e mitigação dos efeitos negativos das mudanças climáticas, com investimentos resilientes aos recorrentes choques que continuarão a assolar o país, bem como o desenvolvimento da economia verde e azul, de modo a proteger as pessoas e a economia e potenciar as oportunidades económicas da quarta revolução industrial;

2.4 Pré-Condições

- i. **Unidade, Coesão Nacional e soberania, paz, estabilidade e democracia:** Estabilidade política, económica e inclusão social.
- ii. **Ordenamento territorial equitativo e equilibrado:** intervenção no ordenamento para o benefício das pessoas e permitir o acesso à terra para investimento, acautelando os vários interesses sectoriais e territoriais com incidência espacial em termos de iniciativas de desenvolvimento.
- iii. **Gestão sustentável dos recursos naturais:** Estabelecimento de parâmetros de utilização dos diferentes sistemas naturais e de zonas com características específicas.
- iv. **Mudança de mentalidade em prol de uma cidadania activa:** Promoção da cultura de debate de ideias, de contribuição na solução de problemas, de pertença do bem público e de solidariedades entre as pessoas.
- v. **Reforma legal, fiscal e a simplificação dos procedimentos para a promoção e facilitação de investimentos e negócios:** Leis e políticas que atraíam e favoreçam o crescimento do investimento interno e estrangeiro, fortalecimento de plataformas electrónicas e promoção da capacitação e competitividade das empresas.
- vi. **Eficiência alocativa dos recursos:** recursos financeiros orientados maioritariamente para acções e projectos de desenvolvimento capazes de impulsionar a produção e geração de emprego, nomeadamente no reforço das precondições, ao nível do capital humano, do aumento da produtividade do trabalho.
- vii. **Transparência e prestação de contas:** promoção da cultura de integridade, isenção, transparência, participação cidadã e prestação de contas.

III. ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2024-2043

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) foi elaborada, tendo em conta diversos factores essenciais para o desenvolvimento do país. Foram considerados o actual nível de desenvolvimento, as políticas e estratégias macroeconómicas, sectoriais e territoriais, bem como as reformas socioeconómicas. A experiência adquirida em processos de desenvolvimento internos e de outros países, também foram tomadas em consideração, assim como os acordos e compromissos bilaterais e multilaterais de desenvolvimento de Moçambique. Para além disso, foram levadas em conta as potencialidades, oportunidades e os desafios futuros que o país enfrentará.

A formulação da ENDE tomou igualmente em consideração os acordos, instrumentos e compromissos regionais, continentais e internacionais, tais como os objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS), os principais instrumentos jurídicos globais sobre direitos humanos e questões humanitárias, quadro de Sendai sobre a Redução do Risco de Desastres, Agenda 2063, a Carta Africana dos Direitos Humanos, o Protocolo da SADC, entre outros. A busca por sinergias com esses compromissos e acções em consonância com as metas internacionais são fundamentais para o sucesso da estratégia de desenvolvimento.

3.1. Missão

Promover um desenvolvimento económico e social sustentável, inclusivo, equitativo e resiliente, visando o aumento do bem-estar e da qualidade de vida da população por meio de políticas integradas e participativas.

3.2. Visão

“Ser um país próspero, competitivo e sustentável, onde a inclusão é uma realidade, a segurança é garantida e a qualidade de vida da população é uma prioridade”.

Moçambique será reconhecido na região e internacionalmente como um exemplo de desenvolvimento equitativo, harmonizando crescimento económico e o da população com a preservação do meio ambiente. Nossa nação será caracterizada por uma sociedade justa, diversificada e participativa, que oferece oportunidades iguais a todos os cidadãos. Por meio do fortalecimento

de nossas instituições, do investimento estratégico em sectores-chave como saúde, educação, água e saneamento, agricultura, energia, turismo, indústria, infraestruturas, tecnologia e inovação, e do compromisso com a sustentabilidade, seremos referência regional, continental e internacional, e além, construindo um futuro promissor para as gerações presentes e futuras.

3.3. Valores

- i. **Equidade e justiça social** – Garantir que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades iguais e serviços básicos, como saúde, educação, água e saneamento. Igualmente, reduzir as disparidades socioeconómicas e promover a justiça social, garantindo que nenhum grupo seja marginalizado ou deixado para trás.
- ii. **Produtividade, empreendedorismo e Inovação** – Promover a produtividade e o empreendedorismo, fomentando a criação de novos negócios e oportunidades de emprego. Igualmente, estimular a inovação em todos os sectores da economia, incentivando a criatividade e o desenvolvimento de novas soluções para os desafios económicos e sociais.
- iii. **Respeito à diversidade cultural e aos direitos humanos** - Garantir que todas as culturas sejam valorizadas e respeitadas, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica, religião, género ou orientação sexual. Isso inclui a protecção dos direitos humanos, garantido a dignidade e a liberdade de todos os indivíduos.
- iv. **Responsabilidade e comprometimento** – Demonstrar responsabilidade nas acções do governo e o comprometimento em alcançar as metas e objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Isso envolve a prestação de contas à população e a responsabilização por eventuais falhas.
- v. **Transparência e participação democrática** - Assegurar que todas as decisões governamentais sejam tomadas de forma transparente, com informações acessíveis ao público. Igualmente, promover a participação activa da sociedade civil em todas as etapas do processo de tomada de decisão, para que os cidadãos tenham voz e influência nas políticas que os afectam.

3.4. Princípios

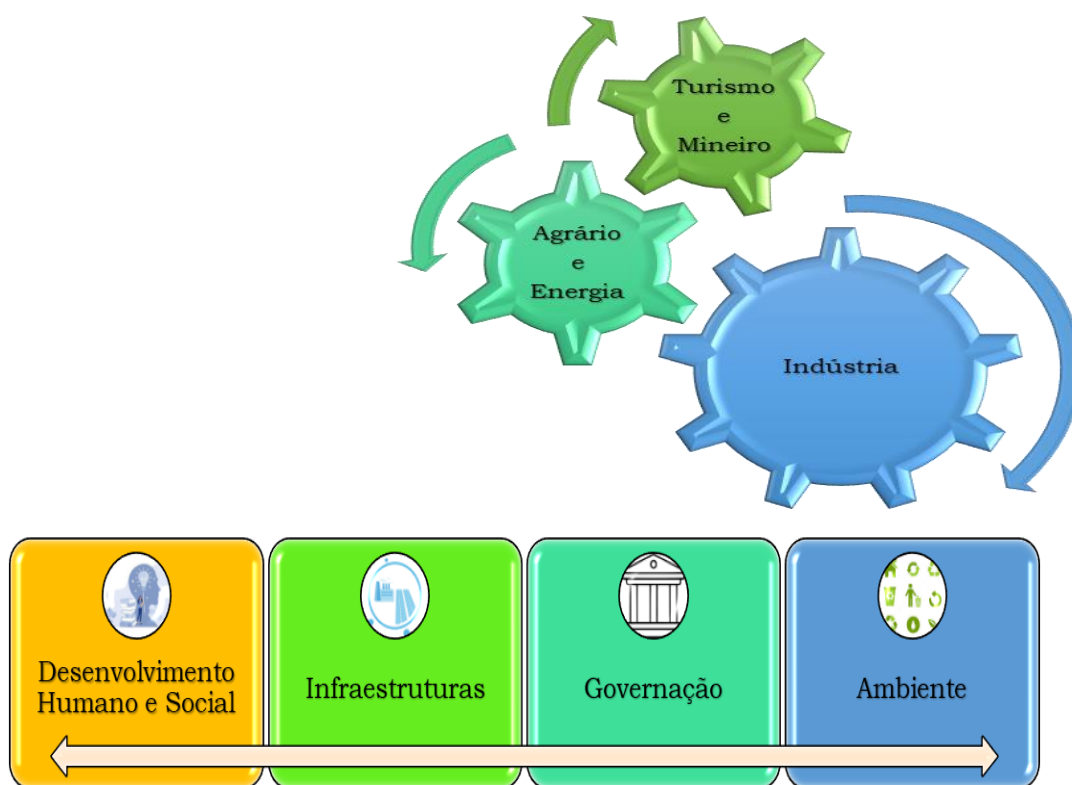
- i. **Boa Governação e transparência** – Priorizar a boa governação, com instituições fortes, eficientes, integras e éticas. E, assegurar a transpaência nas acções do governo, com informações acessíveis e compreensíveis à população.
- ii. **Cooperação nacional e internacional** – Buscar a colaboração entre diferentes zonas e actores do país e promover a cooperação com outros países e organizações internacionais para alcançar objectivos comuns de desenvolvimento.
- iii. **Desenvolvimento holístico e multidisciplinar** – Abordar o desenvolvimento de forma abrangente, considerando todas as dimensões do bem-estar humano, como saúde, educação, segurança, ambiente e economia. Integrar diferentes áreas de conhecimento e políticas para alcançar resultados sustentáveis e abrangentes.
- iv. **Inclusão social e redução das desigualdades** – Focar em políticas e acções que promovam a inclusão social, reduzindo as desigualdades económicas e sociais. E, garantir que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de acesso aos benefícios do desenvolvimento.
- v. **Participação e diálogo social** – Incentivar a participação activa da sociedade civil e de diferentes actores na formulação e implementação de políticas públicas. E, promover mais o diálogo e a colaboração entre o governo, sector privado, organizações não governamentais e comunidades locais.
- vi. **Parcerias público-privadas** – Estimular a colaboração entre o sector público e privado para impulsionar o desenvolvimento económico e social. E, promover parcerias que beneficiem ambas as partes e contribuam para o alcance dos objectivos da estratégia.
- vii. **Resiliência e adaptação a mudanças e incertezas** – Preparar-se para enfrentar desafios e incertezas, desenvolvendo capacidades de resiliência e adaptação para lidar com mudanças económicas, sociais e ambientais.
- viii. **Sustentabilidade ambiental e económica** – Promover um desenvolvimento que proteja o meio ambiente e utilize os recursos naturais de forma responsável e sustentável. Buscar um crescimento e desenvolvimento económico que não comprometa a capacidade das futuras gerações de suprir as suas necessidades.

IV. MODELO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E CENÁRIOS MACROECONÓMICOS

4.1 Modelo de Desenvolvimento

O modelo preconiza a transformação estrutural da economia através da elevação da capacidade produtiva nacional, aumento da produtividade, diversificação e competitividade nacional com foco em quatro (5) sectores estratégicos: (i) Agrário¹; (ii) Energia, (iii) Turismo, (iv) Mineiro; e (iii) Indústria. Estes sectores devem ser acompanhados pelo desenvolvimento do capital humano, infra-estruturas, governação e ambiente. Neste âmbito a figura a seguir ilustra:

Gráfico 2: Modelo de Desenvolvimento



¹ O Sector agrário compreende actividades da agricultura, pecuária, silvicultura, floresta e pesca.

i. Sector Agrário

É a base para a construção de um processo de crescimento económico e desenvolvimento, geração de renda e bem-estar. A produção do sector agrário será mais orientada ao fornecimento de alimentos para o abastecimento do mercado interno e matérias-primas à indústria transformadora, em especial, às alimentares e agro-indústrias, capazes de gerar valor acrescentado e abastecer aos mercados doméstico e internacional com produtos de qualidade. Deste modo, será estimulado o aumento da produção de culturas alimentares e de rendimento através da exploração das vantagens agrogeológicas e competitivas de cada região e criar condições para a modernização e aumento da produtividade do sector e, igualmente, transformar os pequenos produtores para médios e grandes produtores comerciais através da integração, fortalecimento e o alargamento das cadeias de valor de culturas estratégicas, aumentando o seu rendimento e dinamizando a economia local (gerar oportunidades económicas e rendimento às famílias).

A transformação referida acima, inclui a modernização agrícola, pois, permitirá aumentar a produção e produtividade do sector. Igualmente, ocorrerá a liberação da mão-de-obra excedentária para o sector da indústria à medida que for abrangendo a modernização, com destaque para a indústria manufactureira que tem por característica o uso massivo de mão-de-obra e consegue acrescentar valor aos produtos de modo a gerar rendimentos condignos aos produtores.

Por outro lado, os custos médios baixos da agricultura tornarão a matéria-prima mais barata para a indústria.

ii. Energia

A energia desempenhará um papel transversal na ENDE, com dois objetivos principais. Em primeiro lugar, buscará abastecer o mercado interno, reduzindo os custos de produção nos setores estratégicos para tornar os produtores nacionais mais competitivos e a economia mais atractiva para investidores na região. Além disso, será um meio para melhorar o acesso à energia e torná-la acessível à população em geral.

Aproveitando o nosso potencial energético proveniente de fontes hídricas, solares, eólicas e biomassa, promoveremos o aumento da nossa capacidade de produção de energia renovável para atender a nossa demanda interna e, ao mesmo tempo, explorar oportunidades de exportação para os países vizinhos

da região. Isso não apenas estimulará a utilização de energias renováveis para alcançar uma matriz energética mais sustentável, mas também contribuirá para a redução das perdas e aumentará a segurança no fornecimento da energia.

iii. Turismo

O turismo desempenhará um papel fundamental como dinamizador de sectores estratégicos, como agricultura, transportes, comunicações, comércio e infraestruturas. Criaremos polos estratégicos de lazer, negócios, eventos, turismo cultural, histórico e ecológico para estimular o setor privado a operar e criar roteiros turísticos para promoção no mercado interno e internacional.

Para maximizar o potencial turístico, investiremos em infraestruturas para os destinos turísticos e promoveremos a articulação intersectorial para impulsionar o artesanato, a arqueologia, o desporto, a gastronomia e os centros de desenvolvimento cultural.

Nosso objetivo é criar condições favoráveis para o desenvolvimento sustentável do turismo, alavancando diversos setores da economia e destacando o património cultural e natural do país. Por meio dessa abordagem integrada, buscamos tornar-nos um destino turístico de excelência, atraindo visitantes nacionais e internacionais, e contribuindo para o crescimento económico inclusivo e equitativo do país.

iv. Mineiro

O sector da mineração será estratégico para o desenvolvimento económico, proporcionando uma base sólida para indústria transformadora local. Buscaremos estimular o crescimento das unidades de produção de minérios que possam ser processados localmente por pequenas e médias indústrias, como construção, lapidação e joalheria, com o objectivo de agregar valor e transformar esses recursos brutos em bens acabados. Isso aumentará significativamente os ganhos no mercado e a geração de oportunidades de emprego para a população.

Paralelamente a isso, trabalharemos para promover parcerias público-privadas, investir em tecnologia e inovação, bem como garantir a sustentabilidade ambiental em todas as etapas da cadeia de valor da mineração.

Dessa forma, buscaremos maximizar os benefícios do sector de mineração, contribuindo para o desenvolvimento económico inclusivo, equitativo e sustentável do país.

v. Indústria

A indústria desempenhará um papel fundamental como motor dinamizador e impulsionador da diversificação da economia nacional. Ao estabelecer ligações com o setor primário, possibilitaremos o desenvolvimento de indústrias transformadoras nos segmentos alimentar, construção e mobiliário, utilizando as matérias-primas agrárias e mineiras produzidas localmente.

Essas indústrias terão um efeito multiplicador na economia, resultando no fomento da produção interna e na agregação de valor por meio do processamento e da diversificação da produção. Nosso objectivo é combater o défice da produção interna, garantir a segurança alimentar com o consumo de produtos nacionais e reduzir a dependência de importações agrícolas, de construção e mobiliário.

À medida que atendermos às necessidades internas e gerarmos excedentes de produção, poderemos explorar oportunidades de exportação. Além disso, visamos estabelecer parcerias comerciais com países vizinhos, o que não só reduzirá os custos logísticos de transporte, mas também promoverá a criação de empregos e o desenvolvimento de cadeias produtivas nas regiões fornecedoras.

Com essa abordagem estratégica, buscamos fortalecer a indústria nacional, estimular o crescimento económico inclusivo e sustentável e contribuir para o progresso do país no cenário regional e internacional.

vi. Infraestruturas

Nas infraestruturas, nosso foco principal será o fomento de investimentos em modernização, resiliência e qualidade. Buscaremos criar uma rede integrada de infraestruturas que conecte eficientemente os territórios e as pessoas, impulsionando o crescimento inclusivo e sustentável, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida da população.

Investiremos em infraestruturas modernas e de ponta, aproveitando tecnologias avançadas para otimizar o transporte de bens e pessoas. Nosso objetivo é facilitar a circulação de pessoas, mercadorias e o acesso a serviços

essenciais, reduzindo os custos logísticos e criando um ambiente favorável para o crescimento e desenvolvimento económico.

Priorizaremos a construção de infraestruturas resilientes, capazes de resistir a desastres naturais e a choques externos, garantindo a continuidade dos serviços mesmo em situações adversas. Com esse enfoque, estaremos preparados para enfrentar os desafios futuros e proteger as nossas comunidades.

Além disso, investiremos na qualidade das infraestruturas, garantindo que elas atendam aos mais altos padrões e necessidades da população. Isso inclui a modernização e expansão de estradas, ferrovias, portos e aeroportos, bem como o desenvolvimento de serviços de telecomunicações e tecnologia de informação de última geração.

Com essas ações, buscamos criar uma rede de infraestruturas interligadas e eficientes, capaz de impulsionar o crescimento económico e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos. Acreditamos que infraestruturas bem planejadas e implementadas são fundamentais para construir um futuro sustentável e próspero para nosso país.

vii. Dinâmica demográfica da População

Para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento a população é um fator central e impulsionador do crescimento económico e social do país. A dinâmica demográfica, caracterizada por um ritmo acelerado de crescimento e uma estrutura etária predominantemente jovem, representa uma oportunidade para impulsionar o desenvolvimento nacional de maneira sustentável e inclusiva.

A ENDE reconhece que o crescimento da população traz consigo desafios, como a pressão sobre os serviços sociais básicos e a necessidade de criação de oportunidades de emprego digno. Por isso, a estratégia se concentra na harmonização entre a dinâmica demográfica e as condições sociais e económicas para o desenvolvimento humano nacional.

Investir em capital humano é uma das prioridades, visando a qualificação da população para aumentar sua capacidade produtiva. Com o fortalecimento da saúde, educação e acesso a serviços essenciais, busca-se impulsionar a produtividade e o potencial empreendedor da população.

Nossa abordagem considera os fatores determinantes das tendências demográficas, como mortalidade, fecundidade e migração, e se concentra em mitigar os impactos negativos de uniões prematuras e gravidezes precoces.

Ao investir na educação e na qualificação dos jovens, mulheres e homens, esperamos aumentar a capacidade produtiva do país e torná-lo mais competitivo em sectores exigentes em capacidades e conhecimento. Acreditamos que o desenvolvimento humano e a gestão responsável da dinâmica demográfica são fundamentais para alcançar nossos objetivos de crescimento inclusivo e sustentável.

Ao equilibrar a dinâmica demográfica com ações focadas no capital humano e no bem-estar da população, nossa estratégia busca criar uma sociedade equitativa, justa e próspera, na qual todos os cidadãos tenham a oportunidade de participar e contribuir para o desenvolvimento do país. Acreditamos que ao investir no potencial humano, estamos construindo um futuro promissor para as gerações presentes e futuras.

4.2 Cenários Macroeconómicos

Neste ponto, apresenta-se as projecções macroeconómicas para os próximos 20 anos, considerando a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. As projecções foram desenvolvidas com base em cenários hipotéticos, tomando em conta as reformas fiscais, repartição em etapas quinquenais, pressupostos específicos, sectores estratégicos seleccionados, taxas de crescimento esperadas e resultados projectados.

4.2.1 Pressupostos Gerais

- i. **Estabilidade Política e Institucional:** pressupõe-se que o país terá um ambiente político e institucional estável ao longo dos 20 anos para garantir a continuidade da implementação da estratégia nacional de desenvolvimento;
- ii. **Envolvimento e participação dos actores ou intervenientes:** Espera-se que haja engajamento contínuo de todos os actores ou intervenientes, incluindo Governo, sector privado, sociedade civil e comunidades locais, para apoiar a implementação da estratégia;

- iii. **Recursos financeiros suficientes:** parte-se do pressuposto de que recursos financeiros adequados serão disponibilizados para financiar as políticas e iniciativas propostas em cada sector estratégico;
- iv. **Capacidade institucional fortalecida:** pressupõe-se que haverá um esforço contínuo para fortalecer a capacidade institucional do governo para gerir e coordenar efectivamente a implementação da estratégia;
- v. **Adaptação a mudanças:** considera-se que a estratégia será adaptável para responder a mudanças económicas, sociais, políticas e ambientais ao longo dos 20 anos.

4.2.2 Resultados Gerais Esperados ao Longo dos 20 Anos:

- xi. Crescimento económico e desenvolvimento sustentável e diversificado nos sectores estratégicos;
- xii. Aumento da renda per capita e da qualidade de vida da população;
- xiii. Redução significativa da pobreza e das desigualdades sociais;
- xiv. Melhoria na saúde e educação da população, resultando no aproveitamento do dividendo demográfico e numa força de trabalho mais qualificada e produtiva;
- xv. Desenvolvimento de sectores estratégicos que agregam valor e impulsionam a competitividade do país;
- xvi. Avanços significativos na área de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico;
- xvii. Implementação de políticas públicas focadas na sustentabilidade e protecção do meio ambiente;
- xviii. Melhoria na infraestrutura económica e social, impulsionando o desenvolvimento em todas as zonas do país; e
- xix. Consolidação de uma economia resiliente, capaz de enfrentar desafios internos e externos.

4.2.3 Etapas Quinquenais da ENDE:

Neste ponto, descreve-se as quatro etapas fundamentais que compõem a Estratégia Nacional de Desenvolvimento. E, Dada a situação económica e social actual do país, apresenta-se uma abordagem gradual e complementar para alcançar os objectivos ambiciosos da ENDE e impulsionar o desenvolvimento de Moçambique.

4.2.3.1 Primeira etapa (2024-2028): Estabelecimento das Bases Fundamentais

A primeira etapa da ENDE, concentra-se na criação das bases sólidas para o desenvolvimento económico. Durante esse quinquénio a prioridade é estabilizar a economia, fortalecer as instituições governamentais, desenvolver a infraestrutura essencial e promover o sector agrário e do capital humano. Constituem nas bases fundamentais para preparar as condições para o crescimento sustentável e melhoria das condições de vida da população.

4.2.3.1.1 Prioridades Estratégicas

- i. Estabilidade macroeconómica, com foco no controle da dívida pública e inflação;
- ii. Fortalecimento das instituições governamentais e promoção da Boa Governação e capacidade de gestão para garantir uma administração pública transparente e eficiente;
- iii. Desenvolvimento de infraestrutura essencial e integrada para apoiar os sectores estratégicos económicos e sociais, concentrando-se nesta etapa em estradas, redes de energia, sistemas de água e saneamento, instalações de saúde e educação, bem como aprimoramentos nas redes de transporte e comunicações;
- iv. Promoção do desenvolvimento do sector agrário, o investimento em infraestruturas agrárias, aquisição de equipamentos modernos e treinamento dos produtores e promoção activa de adopção de tecnologias modernas e insumos de alta qualidade;
- v. Fortalecimento do sistema de saúde e de educação básica, com investimentos substanciais na construção e melhoria das unidades sanitárias, hospitais, escolas e centros de formação de professores. Igualmente, investir na capacitação dos profissionais de saúde, professores e educadores para melhorar o acesso e a qualidade desses serviços públicos;
- vi. Promoção de políticas de estímulo ao investimento directo estrangeiro para atrair capital e conhecimento externo dos investidores interessados em sectores estratégicos alinhados com os objectivos do país de diversificação da economia. Isso inclui a criação de incentivos para investimentos em infraestrutura, tecnologia e manufactura;

- vii. Desenvolvimento de parcerias internacionais, que visam estabelecer colaborações com países e organizações internacionais para atrair investimentos, assistência financeira, apoio financeiro e expertise técnica em projectos de infraestrutura essenciais para o desenvolvimento económico do país;

4.2.3.1.2 Resultados Esperados

- i. Crescimento moderado do PIB em torno de 9.0%, impulsionado pela estabilidade macroeconómica, investimento no sector agrário e em infraestrutura económicas e sociais;
- ii. Melhorias no ambiente macroeconómico, criando um ambiente favorável ao investimento;
- iii. Fortalecimento do sector agrário, com aumento da produção e produtividade;
- iv. Melhorias significativas nas instituições do Estado, contribuindo para uma governação mais eficaz e transparente;
- v. Melhorias na prestação de serviços de saúde e educação básica à população;
- vi. Criação de empregos no sector da construção civil e sectores relacionados, contribuindo para a geração de empregos e crescimento económico;
- vii. Atração de investimentos estratégicos que fortalecem a capacidade de diversificação da economia nacional;
- viii. Estabelecimento de parcerias internacionais que ajudem a implementar projectos de infraestruturas essenciais.

4.2.3.2 Segunda etapa (2029-2033): Crescimento Diversificado e Desenvolvimento Humano

Na segunda etapa, prêve-se a continuidade do desenvolvimento do sector agrário e do capital humano, expansão das infraestruturas e diversificação económica. Durante este período busca-se consolidar os avanços da primeira etapa e promover sectores não agrários, como energia e mineração, para impulsionar o crescimento económico.

4.2.3.2.1 Prioridades

- i. Consolidação da Estabilidade Macroeconómica e aprimoramento da estabilidade cambial;

- ii. Desenvolvimento contínuo do sector agrário, com o foco na expansão e modernização implementando boas práticas agrícolas e tecnologias modernas, para aumentar a quantidade e a qualidade dos alimentos e das matérias-primas disponíveis para o consumo e indústrias de processamento;
- iii. Desenvolvimento contínuo de infraestrutura essenciais integradas, concentrando-se em estradas e infraestruturas de transporte, energia, educação técnica e formação profissional e saúde;
- iv. Promoção de um ambiente favorável ao empreendedorismo e ao desenvolvimento do sector privado;
- v. Investimento na educação técnica e formação profissional para desenvolver habilidades e talentos locais, para poiar o sector agrário e industria;
- vi. Expansão da cobertura e programas de saúde para melhorar o acesso aos serviços médicos, com ênfase na saúde rural e no uso de produtos agrícolas para fins medicinais.
- vii. Reforço das políticas de inclusão social com foco em grupos vulneráveis e redução da desigualdade, com o apoio do sector agrário como gerador de empregos;
- viii. Fortalecimento dos Sectores da energia e mineração;

4.2.3.2.2 Resultados esperados

- i. Crescimento económico do PIB com a contribuição contínua do sector agrário e dos sectores de energia e mineração, em torno de 9.3%;
- ii. Aumento significativo da produção do sector agrário, com maior eficiência, qualidade e produtividade;
- iii. Redução da dependência de importações de alimentos e aumento da segurança alimentar;
- iv. Melhoria da qualidade da mão-de-obra, facilitando o aumento da produtividade e a atracção de investimentos para os sectores agrário moderno e da industria;
- v. Melhoria significativa na cobertura de serviços de saúde e qualidade de cuidados, com a participação activa do sector agrário na promoção de produtos alimentícios saudáveis;
- vi. Redução das disparidades socioeconómicas com base em políticas inclusivas e na geração de empregos nos sectores agrários e não agrários.

4.2.3.3 Terceira Etapa (2034-2038): Industrialização e Sustentabilidade

Nesta etapa, o foco está na industrialização e no desenvolvimento sustentável. Continuamos a continuar a construir as bases sólidas estabelecidas nas etapas anteriores, com ênfase no crescimento das indústrias de processamento como agroindústrias, enquanto mantém-se o compromisso com o desenvolvimento sustentável no que tange as práticas sustentáveis.

4.2.3.3.1 Prioridades

- i. Promoção do desenvolvimento das agroindústrias de transformação de produtos agrícolas em alimentos processados, produtos químicos agrícolas, ração animal, biocombustíveis e outros produtos relacionados ao sector agrícola;
- ii. Implementação de políticas específicas de incentivo, facilitação de investimentos e promoção da inovação para expansão das indústrias de processamento dos produtos agrícolas, minerais e outros recursos naturais;
- iii. Promoção de investimentos significativos na expansão da infraestrutura de apoio à industrialização como fortalecimento de infraestruturas de energia, transporte, logística e armazenamento, garantindo a eficiência e a competitividade das operações;
- iv. Revitalização dos parques industriais existentes no país, orientados ao processamento dos produtos agrícolas, minerais e outros recursos naturais, em resposta às dinâmicas do mercado, por meio de investimento público e da atracção de investidores nacionais e estrangeiros interessados em investir nos parques industriais;
- v. Aprimoramento das políticas de desenvolvimento sustentável e gestão responsável dos recursos naturais;
- vi. Estímulo a inovação do sector agrícola, levando a práticas sustentáveis e eficientes, como o uso responsável dos recursos naturais;
- vii. Fortalecimento contínuo da cooperação internacional para o investimento e apoio técnico;

- viii. Investimento contínuo na educação técnica e formação profissional, avançando para níveis de especialização e aprimoramento das habilidades da força de trabalho para atender as demandas dos sectores produtivos emergentes;
- ix. Ampliação da cobertura da saúde para garantir que todos tenham acesso a cuidados médicos de qualidade, promovendo uma população mais saudável e produtiva.
- x. Reforço contínuo das Políticas de protecção Social, e combate à desigualdade;

4.2.3.3.2 Resultados Esperados

- i. Crescimento económico sustentável em torno de 7.7%, com o aumento significativo na produção e exportação de produtos agrários, processados e manufaturados;
- ii. Crescimento das agro-indústrias;
- iii. Aumento das exportações do sector agrário e fortalecimento da sua balança comercial;
- iv. Fortalecimento da infraestrutura e das cadeias de suprimento para apoiar o desenvolvimento industrial;
- v. Desenvolvimento das cadeias de valor de produtos agrários;
- vi. Força de trabalho capacitada e qualificada pronta para contribuir para o sucesso das indústrias de processamento;
- vii. Avanços significativos na redução da pobreza e melhoria do índice de desenvolvimento humano, com destaque para o aumento da renda das famílias rurais e melhoria do seu padrão de vida;
- viii. Fortalecidos mecanismos de protecção social e de segurança;
- ix. Criação de empregos no sector agroindústria.

4.2.3.4 Quarta Etapa (2039-2043): Crescimento Sustentável das Indústrias e Cooperação Internacional

Na última etapa, o foco central é a consolidação e crescimento das indústrias e cooperação internacional, com esforços adicionais para expandir as indústrias de processamento e continuar a diversificação económica e criar uma economia industrializada e robusta.

4.2.3.4.1 Prioridades

- i. Consolidação dos avanços alcançados e continuidade das políticas e iniciativas de desenvolvimento;
- ii. Expansão da capacidade das indústrias de processamento estimulando as indústrias de madeira e papel, têxtil e vestuário, com ênfase na cooperação internacional para promover parcerias estratégicas;
- iii. Desenvolvimento das cadeias de valor indústria integradas que envolvam empresas locais e estrangeiras;
- iv. Estímulo às indústrias de energias renováveis como produção de painéis solares, turbinas eólicas ou biocombustíveis;
- v. Promoção dos investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento;
- vi. Adopção de tecnologias avançadas e práticas de produção mais eficientes para tornar a indústria mais competitiva e ambientalmente responsável;
- vii. Investimento contínuo e ampliação da modernização das infraestruturas de apoio à industrialização, como agroindústrias, inovação, energias renováveis, tecnologia de informação, redes de comunicação, serviços de saúde avançada e educação superior para apoiar o desenvolvimento das indústrias;
- viii. Divulgação das potencialidades turísticas do país no território nacional e internacional.
- ix. Promoção de práticas sustentáveis e gestão responsável dos recursos naturais, com foco em parcerias internacionais e acordos comerciais;
- x. Implementação contínua de políticas de inclusão social e desenvolvimento humano, bem como priorização de iniciativas que melhorem a qualidade de vida da população, incluindo a oferta de serviços de qualidade em áreas como educação superior, saúde avançada e cultura;
- xi. Fomento de parcerias internacionais para a cooperação económica e tecnológica.

i. Resultados

- i. Crescimento económico sustentado em torno de 9.2%;
- ii. Aumento da contribuição do sector industrial no PIB;

- iii. Maior segurança alimentar e nutricional com suprimento consistente e diversificado de alimentos para a população;
- iv. Aumento da produção e exportações de produtos processados, redução da dependência do sector agrário e uma economia mais diversificada;
- v. Fortalecimento da resiliência económica contra choques externos;
- vi. Progresso contínuo em direcção a uma economia sustentável e responsável;
- vii. Aumento dos investimentos estrangeiros e desenvolvimento de projectos conjuntos;
- xii. Contribuição significativa das energias renováveis na matriz energética nacional;
- xiii. Redução das disparidades regionais e melhorias das condições de vida em áreas rurais.

É importante ressaltar que o processo de desenvolvimento é dinâmico e sujeito a mudanças ao longo do tempo. As políticas e estratégias devem ser adaptadas e ajustadas de acordo com os avanços alcançados e as novas demandas que surgem ao longo dos anos. A cooperação entre os diferentes actores da sociedade é essencial para alcançar os objectivos propostos e garantir o desenvolvimento económico e social de forma sustentável e inclusiva.

4.2.4 Cenários Previstos

Para garantir a sustentabilidade e eficácia da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, considerou-se a construção de cenários macroeconómicos que representam diferentes trajectórias futuras para a economia do país. Os cenários são fundamentais para antecipar possíveis desafios e oportunidades que possam surgir durante a implementação da estratégia.

Deste modo, a Estratégia Nacional do Desenvolvimento apresenta quatro cenários possíveis em que a estabilidade macroeconómica é o pressuposto fundamental para permitir a retoma a uma trajectória de crescimento sustentável no longo prazo, atraindo o investimento e estimulando a produtividade.

4.2.4.1 Cenário macroeconómico Base: Crescimento económico moderado

No cenário base, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento prevê um crescimento económico moderado, concentrando esforços no desenvolvimento dos sectores tradicionais, o agrário e extractivo. O objectivo é modernizar e

aumentar a produtividade desses sectores, para garantir a segurança alimentar e nutricional, aumentar as exportações e gerar empregos para a população local. A estabilidade macroeconómica e um ambiente favorável ao investimento são fundamentais para alcançar este cenário.

4.2.4.1.1 Pressupostos

- i. O comprometimento do governo em lidar com a instabilidade macroeconómica actual, com reformas que visam restaurar a estabilidade fiscal a longo prazo, e assim criar um ambiente favorável ao investimento e crescimento económico sustentado;
- ii. A economia nacional continuará dependente dos sectores agrário, extrativo e serviços, como principais motores do crescimento económico, com medidas adicionais para diversificar a economia;
- iii. Investimentos na modernização e aumento da produtividade dos sectores agrário e extractivo, serão priorizados para enfrentar os desafios actuais visando aumentar a produção e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;
- iv. Investimentos e avanços significativos no sector do Gás Natural Liquificado (LNG), contribuindo para o crescimento económico e redução de importações com benefícios na redução da exportação de divisas.
- v. Promoção do investimento directo estrangeiro no sector da energia e em infraestruturas para impulsionar o crescimento económico;
- vi. A economia continuará a possuir poucas ligações intersectoriais, e com implementação de acções específicas será incentivada a interconexão e colaboração entre os sectores;
- vii. A procura internacional por matérias-primas e produtos agrários permanecerá estável, permitindo que o país exporte seus produtos tradicionais. Igualmente, espera-se um aumento das Exportações do país, impulsionadas pelas Exportações do GNL; e
- viii. Políticas sociais são implementadas para melhorar o acesso à saúde e educação, bem como para combater a pobreza e desigualdades em áreas vulneráveis do país.

4.2.4.2 Cenário Macroeconómico Optimista₁: Crescimento Acelerado e Ambiente Favorável

No cenário optimista, preve-se um crescimento económico acelerado e ambiente favorável ao investimento com a implementação de reformas para diversificar a economia e aumentar a produtividade concentrando-se em sectores estratégicos com potencial de crescimento e valor agregado. O país

priorizará o desenvolvimento do sector agrário de alto valor agregado, agroindústria, turismo, processamento de recursos naturais de forma sustentável e produção de bens manufacturados. Este cenário requer um forte investimento em capital humano qualificado, infraestruturas modernas e tecnologia para impulsionar o crescimento económico e a competitividade internacional.

4.2.4.2.1 Pressupostos

- i. Estabilidade macroeconómica sólida, sustentada por reformas abrangentes que contribuem para o equilíbrio fiscal de longo prazo. Essas reformas visam fortalecer as bases da economia, aumentar a confiança dos investidores e melhorar o ambiente de negócios;
- ii. Promoção da diversificação da economia, concentrando no desenvolvimento de sectores estratégicos com potencial de crescimento e valor agregado;
- iii. Prioridade no desenvolvimento do sector agrário de alto valor agregado, agroindústria, turismo, processamento de recursos naturais de forma sustentável e produção de bens manufacturados;
- iv. Investimentos significativos em capital humano, infraestruturas modernas, pesquisa e tecnologia para impulsionar a produtividade, inovação e competitividade internacional dos sectores estratégicos;
- v. Atração de investimentos estrangeiros para o desenvolvimento dos sectores estratégicos;
- vi. Fomento ao empreendedorismo, inovação e desenvolvimento de startups e indústrias de tecnologia e serviços digitais;
- vii. Parcerias internacionais estabelecidas para promover a transferência de tecnologia e conhecimento, impulsionando o desenvolvimento dos sectores estratégicos;
- viii. Maior integração da economia com o mercado global;
- ix. Investimentos significativos na saúde, educação e formação profissional para melhorar o capital humano, criar uma força de trabalho qualificada, aproveitar o dividendo demográfico, aumentar a produtividade e sustentar o crescimento e desenvolvimento económico; e
- x. Políticas sociais focalizadas na inclusão e redução das desigualdades, garantindo que o crescimento e desenvolvimento económico beneficie todas as camadas da população.

4.2.4.3 Cenário Macroeconómico Optimista₂: Crescimento Mais Acelerado e Ambiente mais Favorável ao Investimento

No cenário optimista₂, preve-se um crescimento económico mais acelerado e ambiente mais favorável mantendo os pressupostos do cenário optimista₁ e considerando investimentos em relação ao gás liquefeito em terra e seus impactos positivos sobre a economia com destaque para:

- i. Atracção do investimento directo estrangeiro, o que pode estimular o crescimento económico e a criação de empregos no sector de energia e em sectores relacionados;
- ii. Criação de empregos, considerando a construção e operação de instalações do gás liquefeito podem criar empregos locais, tanto directos quanto indirectos, em sectores como construção, logística, manutenção e serviços de apoio;
- iii. Receitas de exportação, a exportação do gás pode gerar receitas significativas em moeda estrangeira, que podem servir para fortalecer as reservas cambiais e apoiar o crescimento económico (pode permitir ao governo o acesso ao financiamento mais barato e estável no mercado internacional, o financiamento de projectos de desenvolvimento e investimentos em infraestruturas, pagar dívidas externas reduzindo assim o serviço da dívida libertando os recursos para outras finalidades);
- iv. Diversificação da economia e redução da dependência do sector agrário, através da criação de fontes de receita alternativas, empregos e investimentos em sectores não agrícolas.

4.2.4.4 Cenário Macroeconómico Pessimista: Crescimento Limitado e Ambiente Desfavorável

No cenário pessimista, preve-se um crescimento económico limitado e ambiente desfavorável ao investimento. Assume-se que o país enfrenta uma combinação de desafios socioeconómicos e choques negativos: (i) A instabilidade política e conflitos regionais podem afectar negativamente o investimento e o crescimento económico; (ii) As crises globais que reduzem a demanda por produtos de exportação, geram impactos negativos causando a desaceleração da economia. (iii) As políticas económicas inadequadas resultam em desequilíbrios fiscais e inflação elevada. (iv) Aumento da pobreza e desigualdade pode gerar ameaça a estabilidade social. (v) O aumento das pressões ambientais, como eventos climáticos extremos, podem afectar a produção agrícola e infraestrutura em algumas regiões.

4.2.4.4.1 Pressupostos

- i. Crescimento económico mais limitado e desaceleração na actividade económica. As condições económicas podem ser mais adversas, com menor expansão dos sectores produtivos;
- ii. Ambiente desfavorável aos investimentos, com menor confiança dos investidores e restrições orçamentarias, o que pode limitar os recursos disponíveis para projectos e expansão de investimentos;
- iii. Crises financeiras globais ou eventos climáticos extremos afectam negativamente o desempenho da economia;
- iv. Instabilidade política e conflitos regionais impactam no investimento, tomada de decisões e a implementação de políticas económicas;
- v. Políticas económicas inadequadas resultam em desequilíbrios fiscais e inflação elevada;
- vi. Investimentos realizados de forma mais cautelosa e criteriosa, com foco em sectores específicos que demonstram resiliência e potencial de crescimento mesmo em um cenário adverso; e
- vii. Aumento da pobreza e desigualdades sociais.

4.2.4.5 O Cenário Escolhido

Com base nas análises e projecções apresentadas, o Governo aptou por adoptar o cenário optimista como base para formulação das políticas e acções estratégicas. Esse cenário oferece maior potencial de crescimento económico e social, alinhando-se com os objectivos ambiciosos do país para os próximos 20 anos.

Como resultado, do cenário optimista a economia apresentará trajectória de crescimento económico, da população e do PIB per capita ilustrada na tabela 6 abaixo por quinquénio da ENDE.

Tabela.6: Cenário optimista – Taxas de Crescimento económico media anual, PIB Per capita e taxa de crescimento da população

Indicadores	Base	2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	Média de 20 anos
Taxa de crescimento incl. GNL	4.4%	9.0%	9.3%	7.7%	9.2%	8.8%
PIB Per Capita incl. GNL	605.9	1,053.9	1,676.1	2,270.9	3,309.3	2,077.6
Taxa de crescimento s/ GNL	4.4%	5.7%	8.1%	9.2%	10.5%	8.4%
PIB Per Capita s/GNL	605.9	948.6	1,324.8	1,870.0	2,925.0	1,767.1
População 10 ⁶ Milhões de Hab.	31.6	34.4	38.8	43.3	47.0	40.9
Taxa de crescimento da População	2.5%	2.3%	2.1%	1.9%	1.7%	2.0%

Fonte: INE, MEF-QM

A curto e médio prazo o sector de petróleo e gás irá sustentar o crescimento económico até 2030. Contudo, a longo prazo, espera-se que a dinâmica dos sectores não petrolíferos (agrário, manufactura e serviços) determine o ritmo de crescimento e a geração da renda no país.

4.2.4.5.1 Dinâmicas Sectoriais e Estrutura Produtiva

Em termos de estrutura produtiva, a longo prazo, espera-se que os sectores primário e terciário continuem com maior contribuição no PIB. Os sectores estratégicos com potencial de crescimento e valor agregado como o agrário de alto valor agregado, agroindústria, turismo, processamento de recursos naturais de maneira sustentável e produção de bens manufacturados poderão determinar as tendências de crescimento económico, nos próximos 20 anos. Elevando as taxas de crescimento económico média anual para 10.7% com GNL e 11.6% sem GNL, como mostra a tabela 7 abaixo.

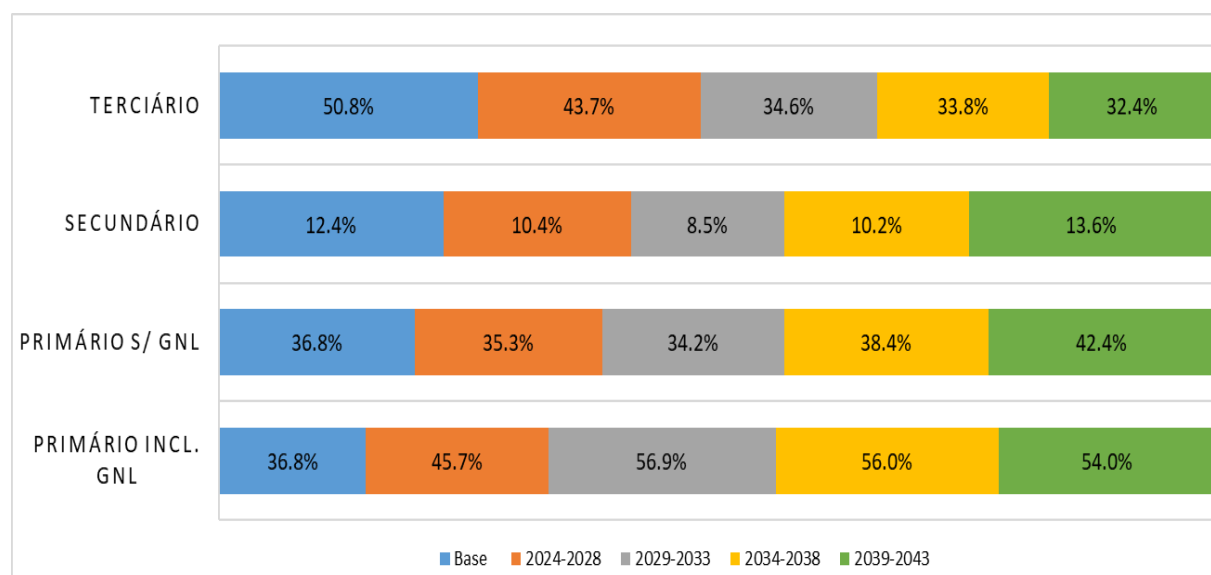
Tabela.7: Cenário optimista – Taxas de Crescimento económico media anual com e sem GNL

Sector	Base	2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	Média de 20 anos
Primário incl. GNL	6.0%	19.4%	10.4%	6.3%	6.1%	10.6%
Primário s/ GNL	6.0%	7.3%	8.4%	8.1%	8.1%	8.0%
Agricultura	5.6%	6.1%	7.5%	6.2%	6.0%	6.5%
Pescas	3.1%	3.1%	3.9%	3.9%	3.5%	3.6%
Ind. Extraç. Mineira (excl. GNL)	9.2%	12.7%	13.9%	14.3%	14.8%	13.9%
Industria Extractiva GNL	0.0%	55.8%	16.2%	0.9%	0.1%	18.2%
Secundário	1.8%	4.0%	8.2%	11.0%	12.1%	8.8%
Industria Transformadora	0.5%	2.8%	8.9%	15.8%	17.6%	11.3%
Electricidade Gaz e Água	4.0%	4.7%	7.7%	8.4%	9.0%	7.4%
Construção	1.0%	4.6%	7.9%	8.7%	9.7%	7.7%
Terciário	3.7%	4.7%	6.6%	7.8%	8.5%	6.9%
dq. serviços não administrativos	4.8%	3.9%	6.3%	8.1%	9.3%	6.9%
Comércio e Serv. Reparação	1.3%	3.4%	6.9%	9.1%	11.6%	7.8%
Hoteis e Restaurantes	10.7%	5.5%	7.2%	10.0%	10.3%	8.3%
Transportes, Armazenagem e Inform. e Com	8.8%	4.7%	7.1%	7.4%	8.1%	6.8%
Serviços Financeiros	3.1%	4.0%	5.9%	7.7%	9.3%	6.7%
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	0.3%	1.8%	4.2%	6.1%	7.1%	4.8%
Serviços Administrativos	2.5%	5.4%	7.0%	7.4%	7.8%	6.9%
Administração Publica	2.0%	7.9%	9.7%	8.4%	6.8%	8.2%
Educação	3.3%	4.0%	4.6%	5.1%	6.1%	4.9%
Saúde e Acção Social	2.3%	6.2%	8.1%	8.9%	9.3%	8.1%
Outros Serviços	2.4%	3.7%	5.7%	7.4%	9.1%	6.5%
Impostos sobre Produtos	3.2%	3.1%	3.1%	3.1%	3.1%	3.1%
Taxa do crescimento PIB real incl. GNL	4.4%	9.0%	9.3%	7.7%	9.2%	8.8%
Taxa do crescimento PIB real s/ GNL	4.4%	5.7%	8.1%	9.2%	10.5%	8.4%

Fonte: INE, MEF-QM

Nota: considera-se sector primário os ramos de agricultura e pescas, o sector secundário inclui manufactura, electricidade, construção e o sector terciário inclui os ramos de comércio, transportes e comunicações, serviços financeiros, Hotéis e restaurantes, administração pública e serviços de educação e saúde.

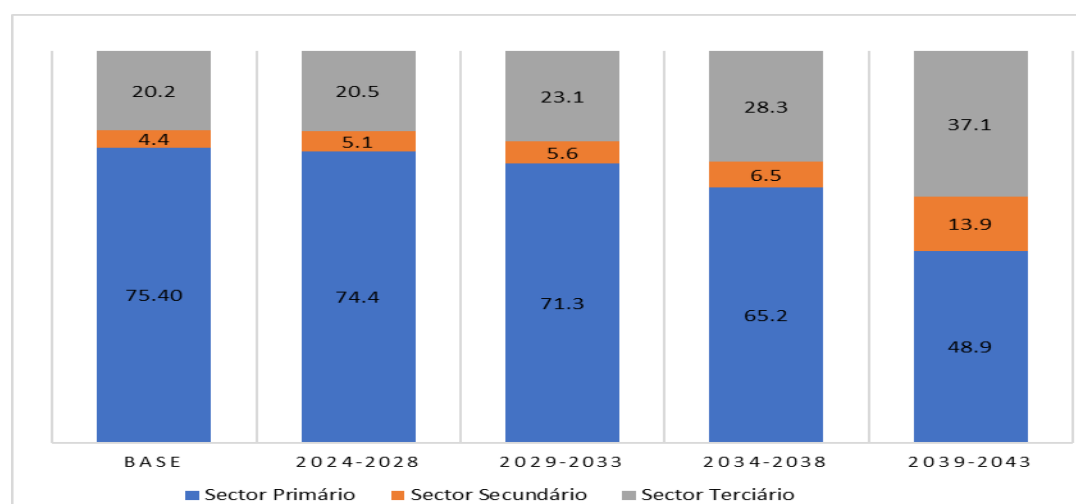
Figura.8: Cenário optimista – Estrutura Produtiva



4.2.4.5.2 Participação da Força de Trabalho

Considerando os pressupostos demográficos conjugados com um maior progresso na formação do capital humano e avanços na transição demográfica, estes poderão alterar a trajetória da estrutura produtiva do país. Conforme o gráfico 3 abaixo, mais de 50% da força de trabalho da população economicamente activa absorvidos pelos sectores não agrícolas até 2043.

Gráfico 3: Tendência da Participação da Força de Trabalho (%)



Fonte: INE, MEF

A participação da força de trabalho no sector secundário (indústria) poderá registar um incremento para cerca de 13.9% do total da participação, em média, por ano entre 2039-2043. Por outro lado, espera-se que o sector de serviços, absorva 37.1% da força de trabalho no mesmo período.

Os cenários e pressupostos apresentados neste capítulo fornecem uma base sólida para a elaboração da Estratégia Nacional de desenvolvimento. A considerar as diferentes perspectivas do futuro económico do país, estaremos melhor preparados para enfrentar os desafios e maximizar as oportunidades para alcançar os nossos objectivos de desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo. A flexibilidade e a facilidade de adaptação da estratégia nos permitirão tomar decisões informadas ao longo do processo de implementação, garantindo que possamos alcançar uma trajectória de crescimento económico e bem-estar social duradouros.

V. OBJECTIVOS E PILARES DE IMPLEMENTAÇÃO DA ENDE

5.1 Objectivo Central

Promover um desenvolvimento sustentável, inclusivo, equitativo e resiliente do país, impulsionado pelo crescimento económico, melhorando a qualidade de vida da população e reduzindo as desigualdades.

5.2 Objectivos Específicos

1. Impulsionar o crescimento económico sustentável e competitivo, diversificando a base produtiva, com o foco nos sectores que têm potencial de crescimento, valor agregado, inovação e tecnologia;
2. Estimular o desenvolvimento humano sustentável, inclusivo e equitativo, fortalecendo o capital humano, incentivando a transição demográfica e reduzindo as desigualdades;
3. Fomentar o investimento em infraestruturas modernas, resilientes e de qualidade, integrando os territórios e conectando pessoas e bens (mercados) para impulsionar o crescimento inclusivo, sustentável e melhorar a qualidade de vida da população;
4. Fortalecer as instituições e o sistema de justiça, promovendo a modernização, a transparência, responsabilidade e o combate à corrupção, para garantir uma governação eficaz, equidade social e justiça para todos;
5. Promover a sustentabilidade ambiental, adoptar a economia circular e proteção dos recursos naturais com ênfase na mitigação das mudanças climáticas e na garantia da qualidade ambiental para as gerações presentes e futuras; e
6. Estabelecer e fortalecer parcerias público-privadas e promover a cooperação internacional para impulsionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

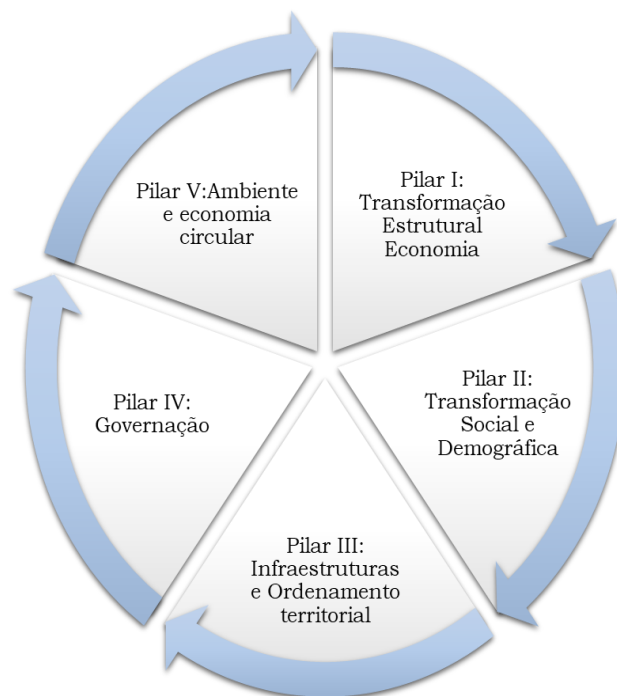
5.3 Pilares de Implementação da Estratégia

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) 2024-2043 é um instrumento abrangente que orienta o processo de desenvolvimento de Moçambique, visando alcançar uma visão de longo prazo para o país. Composta por cinco pilares fundamentais, a ENDE busca direcionar efetivamente as iniciativas de desenvolvimento e operacionalizar os objetivos definidos.

Os cinco pilares estratégicos da ENDE são, nomeadamente: (i) Transformação Estrutural da Economia, (ii) Transformação Social e Demográfica, (iii) Infraestruturas e Ordenamento Territorial, (iv) Governação e (v) Ambiente e Economia Circular. Cada pilar apresenta objetivos principais e estratégicos, acompanhados de indicadores de resultados e programas prioritários.

Esses pilares actuam de forma integrada na articulação dos sectores estratégicos de desenvolvimento nacional ao longo dos próximos 20 anos. Embora sejam interdependentes e transversais, cada um está orientado para enfrentar os principais desafios actuais do país. O gráfico abaixo apresenta de forma visual os cinco pilares da estratégia."

Gráfico 4: Pilares de Implementação da ENDE 2024-2043



Fonte: MEF, 2023

PILAR I. Transformação Estrutural da Economia

Este pilar visa impulsionar o crescimento económico sustentável e competitivo, diversificando a base produtiva, com o foco nos sectores com potencial de crescimento, valor agregado, inovação e tecnologia. Através de uma bordagem integrada, pretende-se criar um ambiente favorável ao investimento, inovação e desenvolvimento de novas tecnologias, incentivando a diversificação das actividades económicas e reduzindo a dependência de sectores tradicionais, o primário e o extractivo. Medidas específicas serão adoptadas para estimular a produtividade, inovação, a capacitação da mão de obra em tecnologia, melhoria da eficiência e competitividade dos sectores estratégicos, para além da promoção de políticas coordenadas que abordem de forma sinérgica as diversas dimensões da transformação estrutural da economia.

1.1 Objectivos do Pilar

- i. Assegurar um ambiente macroeconómico estável, equilibrado e sustentável, com ênfase na inclusão financeira, estímulo à poupança doméstica e ao investimento;
- ii. Aumentar a produtividade e a competitividade dos sectores tradicionais, agrícola e extrativo, em áreas com potencial produtivo, através da modernização e adopção de tecnologias inovadoras;
- iii. Diversificar a economia, priorizando o desenvolvimento agrícola de alto valor agregado, agroindústria, turismo, processamento dos recursos naturais de maneira sustentável e produção de bens manufacturados;
- iv. Promover a integração das cadeias produtivas estratégicas, melhorando os serviços de logística, transporte, armazenamento e distribuição, para otimizar os processos produtivos e reduzir os custos operacionais;
- v. Promover a pesquisa, inovação e o desenvolvimento tecnológico nos sectores estratégicos, visando a geração de novas oportunidades de negócio e competitividade internacional;
- vi. Fomentar as parcerias público-privadas para o investimento em infraestruturas modernas, logística e conectividade, para a melhoria da eficiência produtiva e facilitar o escoamento dos produtos para os mercados internos e externos;

- vii. Estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, oferecendo incentivos fiscais, acesso ao crédito e apoio técnico para promover a inovação e a criação de empregos;
- viii. Promover a formação educacional e técnica profissional dos jovens, o acesso ao conhecimento e a capacitação para o mercado de trabalho, impulsionando oportunidades de emprego, empreendedorismo e auto-emprego;
- ix. Atrair investimentos estrangeiros para sectores estratégicos, promovendo a transferência de tecnologia e conhecimento, fortalecendo a integração económica com a região e o mundo;
- x. Estimular o diálogo e a parceria entre o governo, sector privado e a sociedade civil, para promover um ambiente colaborativo e facilitar a implementação de projectos e programas de desenvolvimento;
- xi. Fortalecer a capacidade institucional do Estado, simplificando processos, reduzindo a burocracia e promovendo as reformas legais e regulatórias que criem um ambiente favorável aos negócios e ao desenvolvimento económico;
- xii. Fomentar a internacionalização das empresas nacionais, buscando novos mercados externos e promovendo acordos comerciais que facilitem o acesso aos mercados internacionais; e
- xiii. Incentivar a formação de parcerias entre empresas, instituições do ensino superior e instituições de investigação centros para impulsionar a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

1.2 Principais Indicadores e Metas

1. Indicador₁: Taxa média anual de Crescimento do PIB real.

Meta: Aumentar a taxa de crescimento média anual do PIB real de 4.4 para 9.2 % incl. GNL, e 10.5 s/ GNL.

2. Indicador₂: Crescimento anual do PIB real per capita.

Meta: Aumentar o crescimento anual do PIB real per capita de USD 557,3 para USD 3,309.3 incl. GNL, e 2,925.0 s/ GNL.

3. Indicador₃: Taxa de crescimento sectorial

Meta: Aumentar a taxa de crescimento do sector primário, de 6.5% para 11.5% s/GNL.

Meta: Aumentar a taxa de crescimento do sector secundário, de 1.3% para 15.5%.

Meta: Aumentar a taxa de crescimento do sector terciário, de 3.6% para 7.7%.

4. Indicador₄: Peso sectorial na economia em % do PIB

Meta: Aumentar o peso do sector primário, de 36,8% para 53.7% s/GNL.

Meta: Aumentar o peso do sector secundário, de 12.4% para 13.7%.

Meta: Reduzir o peso do sector terciário, de 50.8% para 32.6%.

5. Indicador₅: Competitividade Global (pontos 0 à 7).

Meta: Aumentar a classificação da competitividade global de 38.1 pontos para 53.1 pontos.

6. Indicador₆: Despesas em pesquisa e desenvolvimento em % do PIB.

Meta: Aumentar as Despesas em pesquisa e desenvolvimento em % do PIB de 0.33 para 1.8.

7. Indicador₇: índice geral de facilidade para fazer negócios (pontos de 0 à 100).

Meta: Aumentar o índice de facilidade para fazer negócios de 55 pontos para 66.9 pontos

1.3 Programas prioritários:

- a) **Programa 1.1 - Estabilidade Macroeconómica:** tem como objectivo assegurar um ambiente macroeconómico estável, equilibrado e sustentável, com ênfase na inclusão financeira, estímulo à poupança doméstica e ao investimento. Deste modo, serão implementadas medidas que visam aprimorar a gestão macroeconómica no país, promover o equilíbrio fiscal, controlar a inflação, fortalecer o sistema financeiro e garantir a estabilidade cambial.

Entre as acções prioritárias deste programa o destaque esta na implementação de políticas fiscais prudentes, o controlo da expansão monetária, a manutenção de um regime cambial adequado à necessidade da economia nacional e a promoção de um ambiente favorável ao investimento.

Serão implementadas medidas para fortalecer a capacidade institucional do Estado, como foco na modernização das instituições financeiras, melhoria da supervisão e regulação do sistema financeiro e na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento do mercado de capitais.

Este programa é fundamental para garantir a sustentabilidade económica do país a longo prazo, atraindo investimentos e promovendo o crescimento económico, além de assegurar a estabilidade do sistema financeiro e a manutenção da confiança dos investidores.

- b) **Programa 1.2 - Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade:** tem como objectivo estimular o aumento da eficiência e eficácia produtiva em áreas já consolidadas e induzir o

desenvolvimento em áreas com grande potencial agro-ecológico, industrial, mineiro e energético, para a satisfação das necessidades do país quanto para exportação.

Para alcançar esse objectivo, serão desenvolvidas políticas que visem à modernização e aprimoramento das técnicas de produção, redução dos custos de produção, a diversificação da produção, inovação tecnológica, melhoria da qualidade dos produtos, integração das cadeias produtivas estratégicas, investimento em infraestruturas, fortalecimento da capacidade institucional, atracção de investimentos, acesso aos mercados internacionais.

Através destas medidas, espera-se aumentar a produção de bens e serviços, reduzir a dependência das importações e fortalecer a competitividade da economia nacional no mercado global.

- c) **Programa 1.3 - Ambiente de negócios:** tem como objectivo criar um ambiente favorável ao empreendedorismo e ao desenvolvimento do sector privado, reduzindo os obstáculos à actividade empresarial e promovendo a competitividade do sector privado. Para isso, serão implementadas medidas de políticas que facilitem a criação, operação e expansão de empresas, promovam a concorrência saudável e reduzam a burocracia e a corrupção.

Dentre as acções, o programa inclui iniciativas como a simplificação de processos de registro e licenciamento de empresas, simplificação dos processos tributários e regulatórios, melhoria do acesso ao financiamento, a promoção da transparência e da responsabilidade fiscal, capacitação de empreendedores e adoção de políticas de incentivo ao investimento privado, protecção dos direitos de propriedade, promoção da inovação e da tecnologia. Além da criação de um ambiente macroeconómico que esteja de acordo aos o padrões do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) e seja atrativo ao investimento directo estrangeiro.

Dessa forma, espera-se estimular o investimento e o crescimento económico, gerando empregos e reduzindo a pobreza.

- d) **Programa 1.4 – Emprego, empreendedorismo e auto-emprego:** tem como objectivo assegurar a absorção da força de trabalho, com ênfase na maximização de oportunidades de emprego, formação profissional e estímulo ao empreendedorismo, com foco especial nos jovens.

Para alcançar este objectivo, serão promovidas políticas públicas específicas para a geração de empregos e estímulo ao empreendedorismo, incluindo a formação profissional, como o fomento de parcerias entre empresas, instituições de ensino e organizações da sociedade civil para promover a inclusão dos jovens no mercado de trabalho e no desenvolvimento nacional.

Com este programa de emprego, empreendedorismo e auto-emprego espera-se gerar benefícios significativos para a economia e para a sociedade, com destaque para a geração de empregos e renda, diversificação da economia, o estímulo a inovação e ao empreendedorismo, e a redução da desigualdade social.

- e) **Programa 1.5 - Investigação científica, tecnologia e inovação:** tem como objectivo principal promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação no país, através da criação de pólos de empreendedorismo em tecnologia digital, de pesquisa científica e do incentivo à adopção de novas tecnologias pelas empresas nacionais.

Para alcançar esse objectivo, o programa irá desenvolver acções de incentivo à pesquisa científica, à inovação tecnológica e ao empreendedorismo, bem como fomentar a criação de parcerias entre universidades, institutos técnicos superiores, empresas e centros de pesquisa.

As principais áreas de actuação serão a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, o desenvolvimento de tecnologias digitais, a criação de incubadoras de empresas, a formação do capital humano em tecnologia e a criação de centros de pesquisa aplicada.

Serão realizadas acções para estimular a cooperação internacional em tecnologia e inovação, buscando atrair investimentos estrangeiros e promover a internacionalização das empresas nacionais.

Entre as acções previstas destacam-se a criação de programas de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, o apoio financeiro à criação de startups e incubadoras de empresas, a criação de programas de formação em tecnologia e a promoção de eventos e feiras de tecnologia e inovação.

Pilar II. Transformação Social e Demográfica

Este pilar coloca a população como a força motriz para o desenvolvimento económico e social do país. Reconhece que o investimento no desenvolvimento humano e transição demográfica é fundamental para alcançar um futuro próspero e sustentável. O objectivo central é estimular o desenvolvimento humano sustentável, inclusivo e equitativo, fortalecendo o capital humano, incentivando a transição demográfica e reduzindo as desigualdades.

E, por meio de políticas públicas integradas garantir o acesso equitativo a serviços essenciais, como saúde, educação, água e saneamento, formação profissional e vocacional, para melhorar a qualidade de vida da população. Igualmente, focalizar em medidas para reduzir os níveis de pobreza e desigualdade, promover a inclusão social, garantindo o acesso a oportunidades de desenvolvimento a todos os cidadãos.

2.1 Objectivos do Pilar

- i. Ampliar o acesso aos serviços de educação inclusiva de qualidade em todos os subsistemas do Sistema Nacional de Educação, incluindo o ensino técnico profissional e vocacional;
- ii. Garantir o acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade, incluindo atenção primária à saúde, vacinação e tratamento médico, visando à promoção da saúde da população e prevenção de doenças, resultando em redução de custos com tratamentos hospitalares e internamentos;
- iii. Ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de água, energia e saneamento, habitação e transporte, garantindo que todas as comunidades tenham acesso aos serviços essenciais;
- iv. Combater a pobreza e a fome, implementando programas de transferência de renda, apoio à agricultura familiar e promoção do acesso a alimentos nutritivos para a população mais vulnerável, reduzindo a desnutrição crónica;
- v. Estimular a transição demográfica para aproveitar o dividendo demográfico, com políticas de planeamento familiar, acesso à saúde sexual reprodutiva e programas educacionais, visando promover um perfil populacional mais equilibrado e favorável ao crescimento e desenvolvimento económico sustentável;

- vi. Valorizar o património natural, cultural e histórico das diferentes zonas do país para impulsionar o turismo e a economia local;
- vii. Incentivar a participação da população em actividades culturais, desportivas e recreativas, visando a promoção do bem-estar e a valorização da diversidade cultural;
- viii. Promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades com a implementação de programas de protecção social efectivos para os grupos mais vulneráveis incluindo o sector informal, garantindo o respeito aos seus direitos e a participação activa na sociedade; e
- ix. Promover a igualdade de género em todas as esferas da vida, incluindo o acesso igualitário à educação, oportunidades de emprego e participação na tomada de decisões.

2.2 Principais Indicadores e Metas

1. Indicador₁: Taxa de crescimento da população.

Meta: Reduzir a taxa de crescimento da população de 2.5% para 1.8%.

2. Indicador₂: Anos médios de escolaridade.

Meta: Aumentar os anos de escolaridade de 3.5 anos para 5.4 anos.

3. Indicador₃: Taxa de analfabetismo.

Meta: Reduzir a taxa de analfabetismo de 38.3% para 19.3%.

4. Indicador₄: Expectativa de vida da população.

Meta: Aumentar a expectativa de vida de 55.7 para 76.0.

5. Indicador₅: Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos).

Meta: Reduzir a taxa de mortalidade infantil de 39 % para 17.2%.

6. Indicador₆: Prevalência de desnutrição crónica em crianças abaixo de 5 anos.

Meta: Reduzir a prevalência de desnutrição crónica em crianças abaixo de 5 anos de 37% para 18.7%.

7. Indicador₇: Proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza nacional.

Meta: Reduzir a proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza nacional de 68.2% para 27.7%.

8. Indicador₈: Índice de pobreza multidimensional.

Meta: Reduzir o índice de pobreza multidimensional de 53% para 24.2%.

9. Indicador₉: Desigualdades de renda (coeficiente do GIN).

Meta: Reduzir as desigualdades de renda de 0.5 para 0.3.

10. Indicador₁₀: Taxa de empregabilidade dos graduados da educação profissional.

Meta: Aumentar a Taxa de empregabilidade dos graduados da educação profissional de 47% para 57.1%.

11. Indicador₁₁: Taxa de participação em programas de educação e treinamento para jovens.

Meta: Aumentar a taxa de participação de jovens de 35.3% para 51.7%

12. Indicador₁₂: Taxa de participação das mulheres na PEA.

Meta: Aumentar a taxa de participação das mulheres na PEA de 83.1% para 93.5%.

13. Indicador₁₃: Proporção de assentos ocupados por mulheres na Assembleia da República.

Meta: Aumentar a proporção de assentos ocupados por mulheres na Assembleia da República de 42.2% para 54.2%.

14. Indicador₁₄: Índice de Desigualdade do Género (IDG).

Meta: Aumentar o índice de Desenvolvimento do Género de 0.523 para 0.660.

2.3 Programas prioritários:

- a) **Programa 2.1 - População e capital humano:** é um conjunto de políticas e programas do governo que visam promover o equilíbrio entre o crescimento demográfico e o investimento estratégico no desenvolvimento humano e económico da população.

Para alcançar esse objectivo o programa implementará medidas que visam o incentivo à educação e à formação profissional, investimentos em saúde, água e saneamento básico, promoção de campanhas de consciencialização sobre o planeamento familiar e educação nutricional, acesso a informação e aos métodos contraceptivos, acesso a assistência médica de qualidade, bem como a educação sexual, sobretudo, nas escolas.

Igualmente, o programa busca influenciar as tendências e a dinâmica da população, visando uma redução gradual e sustentável da taxa de natalidade, de forma a aproveitar o período de dividendo demográfico e garantir que a população em idade activa esteja preparada para contribuir para o desenvolvimento nacional.

Em conjunto, o programa população e capital humano visa promover um crescimento económico e a melhoria das condições de vida da população, investindo no desenvolvimento humano e na gestão populacional de forma sustentável e equilibrada.

- b) **Programa 2.2 - Protecção, assistência e inclusão social:** tem como objectivo assegurar a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção e assistência social, bem como a inclusão dos grupos vulneráveis da sociedade.

Para tal, serão promovidas políticas públicas específicas para garantir a protecção social e o acesso aos serviços de saúde, educação, emprego e renda, além de acções de inclusão social para os grupos vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes em situação de risco, entre outros.

Serão promovidas também políticas de desenvolvimento social, por meio de acções que visam o fortalecimento do sistema de segurança alimentar, a ampliação do acesso a habitação, acções de erradicação das piores formas do trabalho infantil, o combate à violência doméstica e o apoio a pessoas na rua.

Dessa forma, o programa busca garantir a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção e assistência social, além de promover a inclusão social dos grupos vulneráveis na sociedade, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população.

- c) **Programa 2.3 - Juventude, Cultura e Desporto:** tem como objectivo promover paz, solidariedade a coesão social, a valorização da identidade cultural e das artes, e do incentivo à pratica actividade física, desportiva e recreativa.

Para alcançar esses objectivos, serão promovidas acções que visam incentivar a participação de adolescentes e jovens em actividades culturais, artísticas e desportivas, além de promover o acesso à cultura e as artes para a população em geral.

Serão realizadas actividades como festivais culturais, desportivos, exposições de arte, espectáculos teatrais e musicais, competições desportivas, entre outras acções que valorizam a cultura e incentivam a prática de actividade física e desportiva. Igualmente, serão promovidos programas de formação e capacitação nas áreas culturais e desportivas, como escolas de dança, música e artes plásticas, academias desportivas, treinos desportivos, gestão desportiva e monitores/animadores desportivos.

Deste modo, o programa busca contribuir para a coesão social e o fortalecimento da identidade cultural, artística e do desporto, que são essenciais para a qualidade de vida da população.

- d) **Programa 2.4 – Género:** tem como objectivo assegurar o reforço a acções de promoção da equidade de género e de oportunidades no processo de desenvolvimento económico e social, com um enfoque nas raparigas e mulheres.

Para alcançar esse objectivo o programa irá implementar políticas e programas que visam garantir que as raparigas e mulheres tenham acesso a oportunidades iguais em todas as áreas da vida, incluindo a saúde, educação, o emprego, a justiça e a participação política.

Serão realizadas acções para combater a discriminação e a violência de género, promover a igualdade salarial e o acesso das mulheres a cargos de liderança, garantir a saúde sexual e reprodutiva e os direitos das mulheres, e aumentar a participação das mulheres nos processos decisórios e políticos. Adicionalmente desenvolver programas específicos que visam empoderar a mulher no sector público e oferecer o acompanhamento tutorial devido, para as lideranças a todos níveis.

O programa também irá enfatizar a importância da sensibilização e da educação sobre questões do género e direitos das mulheres, além de promover acções que encorajam a participação das mulheres na vida pública e no desenvolvimento do país.

Desta forma, pretende-se contribuir para a promoção da igualdade de género e a garantia de oportunidades iguais para mulheres e raparigas, promovendo assim um desenvolvimento económico e social mais justo e sustentável.

Pilar III. Infra-estruturas e Ordenamento Territorial

O pilar tem como objectivo desenvolver infraestruturas modernas, sustentáveis e resilientes, que melhorem a qualidade de vida da população, aumentem a competitividade da economia e preservem os recursos naturais. Este objectivo será alcançado através de investimentos em infraestruturas económicas,

sociais, de governação, ambientais e da implementação dos instrumentos de ordenamento territorial de forma integrada com ênfase na promoção do crescimento e desenvolvimento económico, da equidade social e territorial, e do fortalecimento da governação e eficiência na gestão pública, protecção do meio ambiente e no uso eficiente do território.

3.1 Objectivos do Pilar

a) Infraestruturas económicas

- i. Modernizar e expandir a rede de transporte rodoviário, ferroviário e aeroportuário para facilitar o escoamento de produtos agrícolas e industriais, bem como a circulação de pessoas e bens;
- ii. Fomentar o investimento na modernização dos portos marítimos para aumentar a capacidade de exportação e importação de mercadorias;
- iii. Promover o desenvolvimento de parques industriais e zonas económicas especiais para atrair investimentos e impulsionar a produção industrial e gerar pólos de desenvolvimento integrados ao nível dos distritos, com base na endogenização e no conteúdo local;
- iv. Expandir e melhorar a rede de telecomunicações para facilitar a conectividade e a comunicação entre as zonas do país e com o resto do mundo; e
- v. Estimular o investimento em energia limpa e renovável para reduzir os custos de energia nos sectores estratégicos, como agrícola, turismo, e a indústria, garantindo um fornecimento estável de energia, impulsionando o desenvolvimento económico e sustentável.

b) Infraestruturas sociais

- i. Construir e reabilitar escolas de ensino geral e profissional em áreas rurais e urbanas para garantir o acesso universal à educação de qualidade e formação profissional;
- ii. Expandir a rede de unidades sanitárias para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde e reduzir as desigualdades no acesso à saúde;
- iii. Incentivar o investimento em infraestruturas de saneamento básico e tratamento de água em comunidades rurais e urbanas, visando o

- acesso aos serviços e preservação dos recursos hídricos para melhorar a qualidade de vida da população;
- iv. Estímulo ao investimento em infraestruturas culturais e desportivas para promover o desenvolvimento social e o bem-estar da população;
 - v. Desenvolver projectos habitacionais acessíveis e de qualidade para reduzir o défice habitacional e melhorar as condições de vida da população; e
 - vi. Aprimorar a rede de transporte público rural e urbano.

c) Infraestruturas Administrativas

- i. Modernizar a infraestrutura e os processos de gestão pública, visando uma administração mais eficiente, transparente e adaptada às práticas e tecnologias actualizadas;
- ii. Desenvolver infraestruturas de atendimento ao cidadão, como postos de atendimento e plataformas digitais, com o objectivo de facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, proporcionando maior comodidade, agilidade e eficiência no atendimento às demandas da população;
- iii. Promover a modernização das infraestruturas de tecnologia de informação e comunicação, aprimorando a eficiência, transparência e prestação de serviços governamentais para a população e garantir maior eficiência na prestação dos serviços públicos;
- iv. Promover a construção e o fortalecimento da infraestrutura de defesa e segurança pública em todo o país, visando a melhoria das condições de segurança, o combate à criminalidade e o aumento da percepção de protecção da população; e
- v. Fortalecer a cooperação internacional para o desenvolvimento das infraestruturas estratégicas do país, promovendo parcerias e investimentos que impulsionem o avanço e a modernização das áreas prioritárias.

3.2 Principais Indicadores e Metas:

1. Capacidade de armazenamento de água (Mil Milhões de m³).

Meta: Aumentar capacidade de armazenamento de água, de 10,047,610 mil milhões de m³ para 14,710,706 mil milhões de m³.

2. Tráfego de Mercadorias em Tonelada por Km.

Meta: Aumentar o tráfego de mercadorias, de 15,716 toneladas por Km para 44,357 toneladas por Km.

3. Manuseamento portuário em Toneladas métricas.

Meta: Aumentar o manuseamento portuário de 48227 toneladas métricas para 100.004 toneladas métricas.

4. Produção de energia eléctrica em GWh.

Meta: Aumentar a produção de energia elétrica de 19286 GWh para 73000 GWh.

5. Taxa líquida de escolarização.

Meta: Aumentar a taxa líquida de escolarização primária de 112.8% para 128.4% e a taxa líquida de escolarização secundária de 43.4% para 57.8%

6. Percentagem da população que fez uso dos serviços de saúde.

Meta: Aumentar o acesso à saúde básica de 67.1% para 78.5%

7. Percentagem da população que consome água proveniente de fonte segura em %.

Meta: Aumentar o acesso a água segura de 53.6% para 85%.

8. Percentagem da população que usa o saneamento seguro.

Meta: Aumentar o acesso ao saneamento seguro de 31.7% para 68%.

9. Percentagem da população com acesso a energia da rede pública em %.

Meta: Aumentar o acesso a energia da rede pública de 39% para 100%.

10. Transporte de passageiros em PKm.

Aumentar o transporte de passageiros de 54402 PKm para 79650 PKm.

3.3 Programas prioritários:

- a) **Programa 3.1 - Infraestruturas Económicas:** tem como objectivo principal promover o desenvolvimento de infraestruturas económicas resilientes que possam apoiar a produção e o acesso aos mercados. Isso inclui, a construção, manutenção e reabilitação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, sistema de energia elétrica, sistema de irrigação, entre outras que sejam essenciais para o desenvolvimento económico do país.

O programa tem como foco principal garantir que essas infraestruturas sejam construídas com qualidade e durabilidade suficiente para resistir às intempéries e às condições adversas.

Igualmente procura, por um lado, melhorar a conectividade entre as regiões do país, permitindo que os produtos e serviços possam ser

transportados de maneira mais eficiente e económica, aumentando assim a competitividade e a produtividade da economia. E visa, por outro lado, garantir o acesso de todas as empresas e produtores, independentemente do seu tamanho, às infraestruturas necessárias para a sua produção e para o seu acesso aos mercados. Isso, pode incluir a criação de incentivos para a instalação de empresas em regiões mais remotas, a construção de hubs logísticos e a melhoria dos sistemas de transporte e comunicação.

- b) **Programa 3.2 - Infraestruturas Sociais:** tem como objectivo principal aumentar a provisão e o acesso aos serviços básicos que são essenciais para o desenvolvimento humano e o bem-estar social. isso inclui, a melhoria da qualidade e da disponibilidade de serviços com destaque para a saúde, educação, água potável, saneamento básico, habitação e energia elétrica.

Com este programa pretende-se garantir que todas as pessoas, independentemente da sua condição social ou geográfica, tenham acesso a esses serviços básicos, através da construção de novas unidades de saúde, escolas gerais e profissionais, e postos de atendimento social, para além da melhoria das estruturas já existentes. Pode-se também desenvolver políticas de incentivo para a prestação de serviços básicos em áreas rurais e remotas.

O foco principal do programa é garantir que as infraestruturas sociais sejam construídas com qualidade e que possam atender às necessidades da população em longo prazo. Igualmente, assegurar que as pessoas tenham acesso aos serviços básicos de forma gratuita ou a preços acessíveis, evitando assim que os mais pobres fiquem excluídos desses serviços sociais.

Por fim, o programa incluirá acções para a promoção de políticas públicas que visam a melhoria do bem-estar social, como a inclusão social, o combate à violência, protecção dos direitos humanos e a promoção da igualdade de género.

- c) **Programa 3.3 - Infra-estruturas de Administração:** tem como objectivo principal assegurar a disponibilidade de infraestruturas adequadas para a gestão da administração pública, defesa, lei, ordem e segurança, e justiça.

O programa visa fornecer suporte necessário para o eficiente desempenho das instituições responsáveis pela gestão pública e pelo cumprimento da lei, garantindo assim um ambiente seguro e justo para a sociedade. Isso inclui a construção, manutenção e reabilitação de edifícios e equipamentos para a administração pública, bem como investimentos em tecnologias e recursos humanos capacitados para garantir o bom funcionamento dessas instituições.

Pilar IV. Governança

O pilar de governança é essencial para o alcance dos objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, concentrando-se promover uma governança eficaz e eficiente, segurança, equidade social e justiça para todos. A operacionalização deste pilar focalizará na transparência, participação democrática, eficiência na administração pública, modernização, responsabilidade e o combate à corrupção criando um ambiente propício para o investimento e o desenvolvimento sustentável.

4.1 Objectivos do Pilar:

- i. Fortalecer as instituições do governo e os mecanismos de prestação de serviços públicos para garantir maior a eficiência e eficácia, transparência, integridade e responsabilidade na gestão dos recursos públicos;
- ii. Modernizar os sistemas dos serviços públicos e digitalizar os processos administrativos, para reduzir a burocracia e melhorar a facilidade de acesso dos cidadãos e das empresas aos serviços públicos;
- iii. Promover a ética, integridade e combate à corrupção em todas as esferas do governo, por meio da transparência, prestação de contas e engajamento da

sociedade civil e meios de comunicação para garantir a utilização responsável dos recursos públicos e a integridade do sector público;

- iv. Desencadear acções visando a promoção da confiança do cidadão nos órgãos e serviços de administração pública;
- v. Fortalecer os órgãos de controlo interno, com vista a promoção da cultura da integridade e prestação de contas de administração pública;
- vi. Promover a descentralização sustentável e a participação do cidadão nas decisões locais, fortalecendo as capacidades locais para uma gestão mais eficiente e adequada às necessidades de cada local, visando a redução das desigualdades e o desenvolvimento local;
- vii. Reforçar o Estado de Direito Democrático e a segurança jurídica, garantindo o cumprimento das leis e protecção dos direitos humanos, essenciais para o desenvolvimento sustentável e confiança dos investidores;
- viii. Reforçar a defesa e segurança do país, fortalecendo e modernizando as instituições de defesa e segurança, da promoção da justiça e da luta contra a corrupção, crime organizado e violência;
- ix. Fortalecer as parcerias com organizações internacionais, parceiros de desenvolvimento e de cooperação internacional para a implementação de programas e projectos de desenvolvimento, visando a captação de recursos financeiros e a transferência de conhecimentos e tecnologias;
- x. Fortalecer os mecanismos de monitoria e avaliação das políticas públicas, para garantir o acompanhamento dos resultados e o ajuste das estratégias conforme as necessidades e desafios do país;
- xi. Incentivar a formação e capacitação contínua dos funcionários e agentes públicos, de forma a aprimorar suas habilidades técnicas e de gestão, contribuindo para um serviço público mais qualificado e eficiente; e
- xii. Garantir a integridade nacional, através do controlo migratório e a identificação de cidadãos nacionais e estrangeiros, bem como o salvamento de pessoas e bens em casos de calamidades e desastres.

4.2 Principais Indicadores e Metas

1. Indicador₁: Estabilidade Política e ausência de violência / terrorismo (pontos 0 à 100).

Meta: Aumentar os pontos da percepção da estabilidade política e ausência de violência/terrorismo de 11.3 para 63.4.

2. Indicador₂: Voz e responsabilidade, (pontos 0 à 100).

- Meta: Aumentar a percepção Voz e responsabilidade de 31.4 pontos para 63.5 pontos.*
3. Indicador₃: Estado de Direito, (pontos 0 à 100).
Meta: Aumentar a percepção sobre o Estado de Direito de 15.9 pontos para 54.5 pontos.
4. Indicador₄: Eficácia Governamental, (pontos 0 à 100).
Meta: Aumentar a percepção sobre a eficácia governamental de 22.6 pontos para 56.9 pontos.
5. Indicador₅: Qualidade de Regulação, (pontos 0 à 100).
Meta: Aumentar a percepção sobre a qualidade de regulação de 24.5 pontos para 58.6 pontos.
6. Indicador₆: Controle da Corrupção, (pontos 0 à 100).
Meta: Aumentar a percepção sobre o controle da corrupção de 15.9 pontos para 42 pontos.
7. Indicador₇: Percentagem de casos de corrupção acusados por total de casos entrados.
Meta: Aumentar a percentagem de casos de corrupção acusados por total de casos entrados de 78% para 84.4%.
8. Indicador₈: Taxa de Resolução de processos judiciais.
Meta: Aumentar a taxa de resolução de processos judiciais de 60.4% para 100%.
9. Indicador₉: Tempo de resolução de litígio (em meses).
Meta: reduzir o tempo de resolução de litígio de 8 meses para 3 meses.
10. Indicador₁₀: Grau de satisfação dos utentes com a qualidade de serviços prestados pela administração pública (escala de 0 à 10).
Meta: Aumentar o grau de satisfação de 2.9 para 5.3.
11. Indicador₁₁: População abrangida por serviços de comunicação social (%).
Meta: Aumentar percentagem da população abrangida pelos serviços de comunicação social de 22%. Para 40.2%.

4.3 Programas prioritários:

- a) **Programa 4.1 - Defesa Nacional, Segurança Interna e Segurança do Estado:** tem como objectivo garantir a unidade nacional, a defesa e segurança da população e dos recursos naturais, além de proteger e garantir a integridade territorial do país.

Este objectivo será alcançado através do fortalecimento das instituições de defesa e segurança, da melhoria da capacidade de defesa e protecção de fronteiras, da cooperação entre os serviços de segurança, da promoção da integração nacional e coesão social, bem como da promoção da educação e consciencialização da população sobre a importância da soberania nacional.

Para além disso, o programa irá trabalhar para prevenir e combater ameaças internas e externas à integridade territorial, garantir a segurança cibernética e proteger os recursos naturais do país, bem como o cumprimento dos padrões internacionais sobre branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

- b) **Programa 4.2 - Democracia e participação:** tem como principal objectivo fortalecer a democracia e a participação activa e efectiva da população na tomada de decisões políticas e no processo de desenvolvimento do país, promovendo a transparência, prestação de contas e a inclusão social. Este programa visa aprimorar as instituições democráticas e garantir a efectiva participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão, para que a voz dos cidadãos seja ouvida e considerada na elaboração de políticas públicas.

O programa também visa garantir o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, fortalecendo a cultura democrática e o exercício da cidadania. Para isso serão implementadas diversas iniciativas, como a promoção da transparência e da prestação de contas, a criação de espaços de diálogo entre governo e a sociedade civil, a capacitação de líderes comunitários e a consciencialização dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres como agentes activos na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

- c) **Programa 4.3 - Administração pública:** tem como objectivo melhorar a eficiência, eficácia, transparência e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado, através do fortalecimento e modernização das instituições e práticas de gestão pública. Pretende-se, assim, promover uma administração pública mais eficaz, eficiente e efectiva orientada para resultados, capaz de responder aos desafios e demandas da sociedade de forma efectiva e transparente.

Para além disso, o programa visa, igualmente, valorizar o servidor público, capacitando-o e oferecendo condições adequadas para o melhor desempenho das suas funções, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, no geral, e as empresas em particular.

Isso inclui acções como o fortalecimento das capacidades técnicas e de gestão dos servidores públicos, a melhoria dos sistemas de planificação, monitoria e avaliação de políticas e programas, a simplificação e

digitalização dos serviços públicos, a promoção da ética e integridade na gestão pública, e a garantia da participação do cidadão na tomada de decisão e na monitoria da gestão pública.

- d) **Programa 4.4 – Cooperação:** tem como objectivo fortalecer as parcerias entre o governo e seus parceiros nacionais e internacionais, com foco no desenvolvimento socio-económico sustentável e inclusivo do país. Isso será alcançado através do apoio à implementação de políticas públicas e projectos prioritários em áreas como melhoria da governação e da gestão pública, a promoção do crescimento e da diversificação da economia, a redução da pobreza, a protecção do meio ambiente, a promoção dos direitos humanos e da paz, e o fortalecimento da cooperação regional e internacional.

Através deste programa, são estabelecidos acordos de cooperação em áreas de saúde, educação, investimento, ciência e tecnologia, recursos hídricos, comércio, cultura e turismo visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

O programa também visa fortalecer as capacidades institucionais e humanas dos parceiros de cooperação, bem como promover a transparência, responsabilidade e eficiência na gestão dos recursos públicos e privados. Bem como envolver acções conjuntas para enfrentar desafios globais, como as mudanças climáticas, a segurança alimentar, a pobreza e outras questões relevantes para a comunidade internacional.

Pilar V. Ambiente e Economia Circular

O pilar de Ambiente e Economia Circular é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável e a preservação sustentável dos recursos naturais do país. A estratégia busca equilibrar o crescimento económico e social com a protecção ambiental, promovendo a economia circular como um modelo de negócios que visa minimizar o desperício e maximizar o uso eficiente dos recursos naturais.

Este pilar tem como objectivo alcançar o desenvolvimento sustentável e promover a economia circular, conservando e protegendo os recursos naturais, mitigando os impactos das mudanças climáticas e assegurando a qualidade ambiental para as gerações presentes e futuras, por meio de práticas

responsáveis e sustentáveis, incluindo a adopção de princípios da economia circular.

5.1 Objectivos do Pilar:

- i. Promover a gestão sustentável dos recursos naturais, a conservação da biodiversidade e o avanço rumo a economia circular, incentivando a redução, reutilização e reciclagem de materiais, assegurando o uso responsável dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras;
- ii. Estimular a adopção de práticas sustentáveis nas indústrias e sectores produtivos, promovendo a eficiência energética, a redução de perdas e do uso responsável dos recursos naturais;
- iii. Fortalecer as capacidades técnicas e institucionais para a gestão ambiental e a promoção da economia circular, incentivando a participação do sector público, privado e da sociedade civil;
- iv. Promover a resiliência climática e a implementação de práticas adaptativas nos sectores-chave com ênfase na agricultura, florestas, energia e transportes, para enfrentar de forma eficaz as mudanças climáticas e a sustentabilidade ambiental;
- v. Promover o investimento em tecnologias limpas e sustentáveis, visando a redução das emissões de gases de efeito estufa e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas.
- vi. Promover a educação ambiental e consciencialização pública, engajando a sociedade civil, empresas e instituições para adopção de prática sustentáveis, destacando a importância da economia circular e a necessidade de mudança de comportamento em relação ao meio ambiente.
- vii. Fomentar parcerias e cooperação internacional para o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e boas práticas em economia circular e gestão sustentável dos recursos naturais.
- viii. Monitorar e avaliar regularmente os progressos e resultados das acções implementadas, visando o aprimoramento contínuo das práticas de desenvolvimento sustentável.

5.2 Principais Indicadores e Metas

1. Indicador₁: Planos de Estrutura Urbana Elaborados.
Meta: desenvolver planos de estrutura urbana de 2 para 10.
2. Indicador₂: Hectares de Terra Recuperada (ha).
Meta: aumentar os hectares de terra recuperada de 181,213. Ha para 220,265.5 ha.
3. Indicador₃: Áreas com cartas topográficas actualizadas Km² .
Meta: aumentar as áreas com cartas topográficas actualizadas de 30,000.0 Km² para 50,188.9 km².
4. Indicador₄: Índice de Desempenho Ambiental, (pontos 0 à 100).
Meta: aumentar a pontuação do índice de Desempenho Ambiental de 31.7 pontos para 59.9 pontos.
5. Indicador₅: Vitalidade do ecossistema, (pontos de 0 à 100).
Meta: Aumentar a pontuação sobre a vitalidade do ecossistema de 44.5 pontos para 64.1 pontos.
6. Indicador₆: Mudanças climáticas, (pontos de 0 à 100).
Meta: aumentar a pontuação relativa as mudanças climáticas de 19.3 pontos para 67.3 pontos.
7. Indicador₇: Saúde Ambiental, (pontos de 0 à 100).
Meta: Aumentar a pontuação de saúde ambiental de 28.3 pontos para 48.4 pontos.
8. Indicador₈: Nível de adulteração de combustíveis líquidos (%).
Meta: Reduzir o nível de adulteração de combustíveis de 40% para 20.4%.
9. Indicador₉: Capacidade de previsão e resposta a eventos extremos, cheias e secas, (nº de dias).
Meta: reduzir o número de dias de previsão e resposta a eventos extremos de 5 dias para 2 dias.
10. Indicador₁₀: Participação de empresas e instituições em programas de economia circular e sustentabilidade, (em %).
Meta: aumentar para 35%.

5.3 Programas prioritários:

- a) **Programa 5.1 - Planeamento e ordenamento territorial:** tem como objectivo principal garantir o uso sustentável e eficiente do território nacional, conciliando as actividades económicas e sociais com a protecção do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida da população, para um desenvolvimento equilibrado e harmonioso do país.

O programa basear-se-á em estudos técnicos e científicos, que levem em consideração as particularidades geográficas, socioeconómicas e culturais de cada região do país, bem como a dinâmica de ocupação e uso do solo. E, estabelecerá políticas e diretrizes para a gestão territorial, como a definição de áreas prioritárias para a conservação ambiental, preservação de recursos hídricos, áreas urbanas e rurais, áreas agrárias, entre outras.

Para implementar este programa haverá o envolvimento de actores relevantes, que inclui as comunidades e autoridades locais, a sociedade civil, o sector privado e as instituições académicas. Igualmente, garantirá a participação efectiva e o diálogo com as comunidades locais e os grupos vulneráveis, para garantir a inclusão de suas necessidades no programa. O programa será acompanhado por um mecanismo de monitoria e avaliação, para avaliar o seu impacto e ajustar as acções necessárias para a sua continuidade.

Serão estabelecidos objectivos específicos, metas e indicadores para avaliar o desempenho do programa de planeamento e ordenamento territorial.

- b) **Programa 5.2 – Ambiente:** tem como objectivo garantir a protecção e a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Para o seu alcance serão implementadas um conjunto de medidas que visam a gestão adequada de recursos naturais, a redução da poluição e aumento da resiliência às mudanças climáticas, por meio de desenvolvimento de políticas e estratégias.

O programa visa promover a educação e sensibilização ambiental para a população, bem como aumentar a participação das autarquias, sector privado e da sociedade civil em iniciativas ambientais.

Serão estabelecidos objectivos específicos, metas e indicadores para avaliar o desempenho do programa de ambiente.

- c) **Programa 5.3 - Economia Circular:** tem como objectivo promover um modelo económico mais sustentável e inclusivo, baseado na redução, reutilização e reciclagem de materiais, visando minimizar o impacto ambiental e maximizar a eficiência no uso de recursos naturais. Para alcançar esse objectivo o programa visa estabelecer parcerias estratégicas com empresas, instituições e a sociedade civil para

implementar iniciativas que permitam aumentar a produção e uso de materiais reciclados, reduzir a geração de resíduos sólidos e aumentar a proporção de resíduos sólidos tratados e dispostos adequadamente.

O programa também pretende promover a adoção de práticas sustentáveis na produção agrícola, incentivar a participação de empresas e instituições em programas de economia circular e sustentabilidade, e aumentar a consciência e educação ambiental na população em geral. Igualmente, irá trabalhar em estreita colaboração com outras iniciativas relacionadas ao ambiente e desenvolvimento sustentável, incluindo a gestão sustentável dos recursos naturais, protecção ambiental e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

VI. MECANISMO DE IMPLEMENTAÇÃO

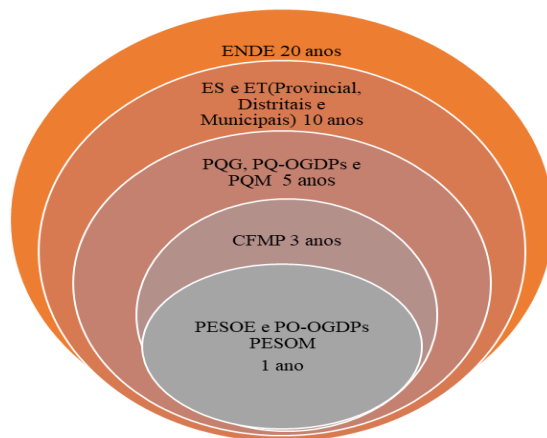
6.1 Operacionalização

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento é um instrumento de planificação e orçamentação a longo prazo que tem como objectivo orientar o desenvolvimento nacional através do alinhamento com os outros instrumentos de planificação.

Para garantir a efectiva implementação da ENDE, será criada uma carteira de programas nacional que reflita os programas prioritários definidos na estratégia, para que haja uma articulação clara e consistente com os outros instrumentos de planificação e orçamentação. Através dessa carteira, serão estabelecidas as directrizes para a elaboração das estratégias sectoriais e territoriais, do Programa e Plano Quinquenal, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado, entre outros que poderão surgir.

Dessa forma, a carteira de programas nacional servirá como uma referência para a elaboração dos demais instrumentos de planificação e garantirá a coerência e o alinhamento de todas as directrizes e objectivos estabelecidos na ENDE. Conforme ilustra a figura abaixo, a articulação entre os principais instrumentos de planificação e orçamentação.

Gráfico 5: Articulação entre os principais Instrumentos de Planificação e orçamentação

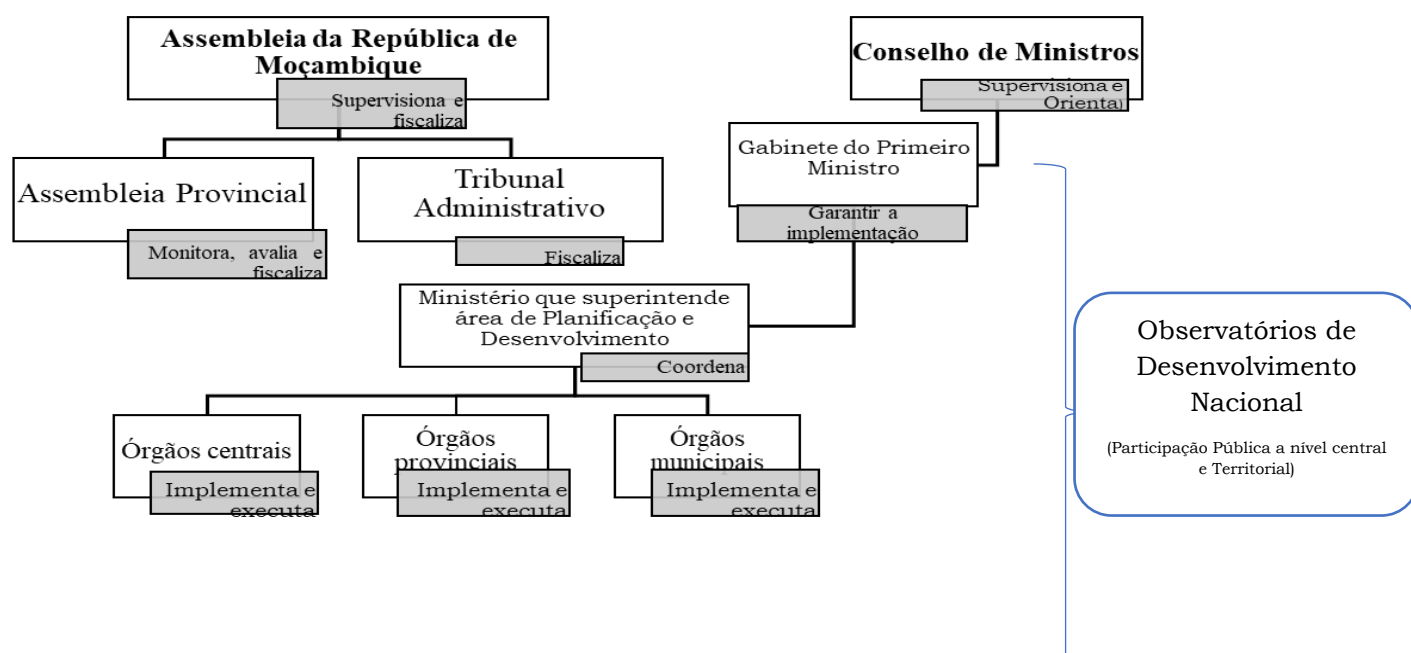


- i. Os Planos Estratégicos Sectoriais, Territoriais e Municipais definem os objectivos, as acções, os produtos e os resultados para o desenvolvimento nacional (no âmbito da responsabilidade sectorial) e dos territórios e dos municípios para um horizonte temporal de 10 anos, devendo alinhar a sua visão, missão, valores, princípios, objectivos, pilares, indicadores de resultado e as metas sectoriais e territoriais ao estabelecido na Estratégia Nacional.
- ii. O Programa e Planos Quinquenais definem as prioridades para o alcance do desenvolvimento Nacional, desenvolvimento do território e do município, respectivamente, para um horizonte temporal de 5 anos. E devem estar alinhados à carteira de programas nacional criada para operacionalizar os objectivos e os pilares da Estratégia Nacional.
- iii. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) define o quadro macroeconómico e fiscal do país, para um período de 3 anos e estabelece as metas fiscais para a materialização do Programa e Planos Quinquenais e dos Planos Estratégicos Sectoriais, Territoriais e Municipais alinhados à carteira de programas nacional que operacionaliza a ENDE.
- iv. O Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), Plano e Orçamento dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial e o Plano Económico e Social e Orçamento Municipal definem os principais objectivos económicos e sociais e de política financeira do Estado para o nível nacional, territorial e municipal respectivamente, para o período de 1 ano. Devem tomar como base a carteira de programas nacional, identificando a previsão das acções e os recursos necessários para a implementação do Programa e dos Planos.

6.2 Órgãos e Responsabilidades

Para viabilizar a implementação com sucesso da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, é necessário assegurar o fortalecimento das estruturas de implementação, coordenação, supervisão e gestão, prestação de contas, monitoria e avaliação a todos níveis (central, provincial e distrital).

Gráfico 6: Órgãos e responsabilidades



- i. **Conselho de Ministros**, presidido pelo Presidente da República, tem o papel de supervisionar e orientar a implementação da ENDE, garantido que as políticas e acções implementadas estejam alinhadas aos objectivos estabelecidos na ENDE. Igualmente, caberá ao Conselho de Ministros a aprovação dos instrumentos de curto, médio e longo prazo necessários para a implementação da ENDE. Este órgão se reunirá a cada três meses, para avaliar o progresso, mediante os relatórios periódicos submetidos pelo Gabinete do Primeiro-Ministro sobre a implementação efectiva da ENDE, e efectuar os ajustes e actualizações a estratégia conforme necessário.

- ii. **Gabinete do Primeiro-Ministro**, Compete a este órgão garantir a articulação e supervisão da implementação da estratégia. Manter o diálogo e a comunicação com os diferentes sectores envolvidos, incluindo o sector privado, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas. No âmbito das suas funções, incumbe igualmente, ao Gabinete do Primeiro-Ministro, a convocação do Observatório de Desenvolvimento. E, reportará sobre os progressos e estágio da implementação da ENDE ao Conselho de Ministros.
- iii. **O Ministério que superintende a área de Planificação e Finanças**, responsável pela coordenação e implementação da ENDE. Tem o papel de garantir a implementação efectiva da estratégia, através da coordenação interministerial da implementação da estratégia e garantir que as políticas e ações propostas estejam alinhadas com as metas e objetivos da ENDE. Igualmente, desempenhará o papel de mobilização de recursos financeiros para apoiar a implementação da estratégia, através da elaboração de orçamentos e da procura de financiamento externo ou parcerias público-privadas. E, deve ter em conta às acções em curso e às novas necessidades que possam surgir ao longo do tempo, adaptando sua atuação conforme necessário. Reporta sobre o processo, progresso e estágio da implementação da ENDE ao Gabinete do Primeiro-Ministro.
- iv. **Os órgãos centrais (áreas Ministérias e secretárias de estado cantrais), órgãos provinciais [Órgão de Representação do Estado Provincial (OREP) e Órgão de Governação Descentralizada Provincial (OGDP)] e órgãos municipais**, presididos pelos superiores hierárquicos, são responsáveis pela implementação e execução técnica das estratégias e programas previstos na ENDE, prestação de contas e fornecimento de informações sobre o nível de execução e das metas alcançadas periodicamente (trimestralmente, semestralmente, anualmente, quinquenalmente, balanço de meio-termo e balanço final). Seu papel inclui a identificação de desafios e oportunidades e desafios em suas áreas de actuação e propor iniciativas que promovam o desenvolvimento económico e social sustentável do país, alinhadas aos objectivos da estratégia. São também responsáveis pela monitoria e avaliação regular do progresso da implementação de suas iniciativas e por reportar ao coordenador interministerial ou intersectorial (para abranger as Secretarias de Estado Centrais) da ENDE. Igualmente, devem estar envolvidos em parcerias público-privadas, investimentos e

outras formas de cooperação para alcançar os objectivo da estratégia nacional de desenvolvimento.

- v. **Observatório de Desenvolvimento Nacional**, é o mecanismo de participação para diálogo e convergência de ideias entre as partes interessadas no processo de desenvolvimento nacional, incluindo, entre outros, representantes do governo, sector privado, parceiros nacionais e internacionais, organizações não governamentais e sociedade civil. O fórum tem como objectivo identificar desafios e oportunidades em áreas de actuação e propor iniciativas alinhadas aos objectivos da estratégia nacional. Para além disso, monitora e avalia regularmente o progresso de implementação de iniciativas e reporta ao Conselho de Ministros. É convocado pelo Primeiro-Ministro e a sua periodicidade de realização será trimestralmente e/ou dependerá das necessidades da estratégia e do seu ritmo de implementação.
- vi. **Assembleia da República**, é responsável pela supervisão e fiscalização na implementação da ENDE, garantindo que a ENDE esteja alinhada aos interesses nacionais e que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz para promover o desenvolvimento económico e social do país, especialmente no que diz respeito à execução do orçamento nacional e à avaliação das políticas públicas implementadas pelo governo.
- vii. **Assembleia Provincial**, é responsável por fiscalizar, monitorar e avaliar a implementação da ENDE em nível provincial e garantir que as metas e os objectivos da ENDE estejam a ser alcançados, salvaguardando os interesses da população na província, em suporte à Assembleia da República, segundo o princípio da subsidiariedade.
- viii. **Assembleia Municipal**, É responsável por fiscalizar, monitorar e avaliar a implementação da ENDE ao nível do município e garantir que as metas e os objectivos da ENDE estejam a ser alcançados, salvaguardando os interesses da população no município, em suporte à Assembleia da província, segundo o princípio da subsidiariedade.
- ix. **Tribunal Administrativo**, órgão responsável pelo controlo da legalidade dos actos administrativos e da aplicação das normas regulamentares emitidas pela Administração Pública que fiscaliza a legalidade das despesas públicas e a respectiva efectivação da responsabilidade por infracção financeira. É ainda responsável pelo controle da

implementação e execução dos instrumentos de operacionalização de curto, médio e longo prazo da ENDE, visando garantir o alcance das metas estabelecidas na estratégia. Igualmente, garante a transparência e a legalidade na execução das acções previstas na ENDE.

6.3 Financiamento ao desenvolvimento

O objectivo do financiamento é reunir diversas fontes de recursos, tanto convencionais quanto inovadoras, para sustentar o desenvolvimento nacional. O Governo utilizará meios para mobilizar recursos como receitas fiscais e não fiscais, receitas da exploração de recursos naturais, Parcerias Público-Privadas, empréstimos e subvenções concessionais, para além de empréstimos provenientes de mercados nacionais e internacionais.

- i. Na Gestão de Despesas, será enfatizada a melhoria dos esforços para aumentar a eficiência na utilização dos recursos disponíveis. Para tal serão implementadas medidas que visam aprimorar tanto a eficiência operacional como alocativa. Serão identificadas as áreas que demandam mais recursos e as que precisam ser mais eficientes na utilização dos recursos disponíveis. Serão estabelecidos os processos de monitoria e avaliação para garantir que os recursos estejam a ser utilizados da maneira mais eficiente possível. Com isso, espera-se maximizar o uso dos recursos financeiros e garantir que as despesas estejam alinhadas com as prioridades da Estratégia Nacional de Desenvolvimento.
- ii. Na Geração de Receitas, serão adoptadas medidas que visam implementar reformas tributárias, com o objectivo de facilitar o aumento da cobrança de impostos, ao mesmo tempo, reduzir as distorções no mercado e promover maior eficiência económica. Serão identificadas as áreas que apresentam oportunidades para aumentar a arrecadação de receitas e implementadas medidas para melhorar a fiscalização e o controle tributário. Igualmente, serão realizados estudos para identificar possíveis mudanças na legislação tributária que possam contribuir para o aumento da arrecadação sem prejudicar o desenvolvimento económico do país. Contudo, espera-se gerar mais receita para o país e garantir que os recursos estejam a ser utilizados de forma eficiente e eficaz em prol do desenvolvimento nacional.
- iii. Nas opções de Financiamento, serão empreendidos esforços coordenados para criar novas fontes de financiamento e buscar alternativas para desenvolver o financiamento. O objectivo é reduzir o perfil de risco do

país e aumentar a disponibilidade de recursos financeiros para a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Serão implementadas medidas para mitigar os riscos associados às fontes de financiamento e para garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo.

- iv. No estabelecimento de parcerias com a comunidade de desenvolvimento e parceiros de cooperação, buscar-se-á estabelecer parcerias mais efectivas visando mobilizar recursos internacionais e angariar fundos necessários à realização de projectos de longo prazo vistos como essenciais ao desenvolvimento nacional. O governo trabalhará em conjunto com os parceiros internacionais para identificar e implementar projectos que sejam relevantes para as prioridades da ENDE. Serão exploradas oportunidades para a obtenção de financiamento de doadores internacionais, bancos multilaterais e agências de desenvolvimento. Será dada atenção especial a transparência e prestação de contas na utilização desses recursos. Com isso, espera-se garantir que os projectos de longo prazo alcancem o sucesso desejado e contribuam para o desenvolvimento nacional. Igualmente, promover o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias entre países em desenvolvimento. Com essas parcerias, espera-se alcançar objectivos de desenvolvimento sustentável a longo prazo e melhorar a qualidade de vida da população.
- v. As receitas do petróleo e do gás serão usadas para financiar a Estratégia Nacional desenvolvimento, de forma sustentável e inclusiva pautando pela protecção dos direitos humanos e pelo ambiente.
- vi. Será prestada grande atenção à auditoria das despesas efectuadas pelas companhias petrolíferas internacionais antecipadamente em nome da empresa nacional de hidrocarbonetos moçambicana ("*carried on*") de forma a otimizar o valor dos *royalties* em benefício de Moçambique. Deste modo, será estabelecida a obrigatoriedade da auditoria das empresas internacionais através da implementação de leis e regulamentos que exigem que todas as empresas do sector de petróleo e gás a operar no país forneçam relatórios detalhados sobre as despesas realizadas e que sejam auditadas regularmente por empresas independentes autorizadas pelo governo para verificar a veracidade desses mesmos relatórios.

6.4 Monitoria e Avaliação

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento prevê a realização de monitoria e avaliação constante para acompanhar o progresso da implementação e por forma a medir o impacto das acções através de indicadores e metas de resultado. Este exercício permitirá fornecer informações relevantes sobre a implementação da ENDE, identificar obstáculos e efectuar ajustes necessários para garantir o sucesso da estratégia.

Para garantir a efectividade da monitoria e avaliação, serão utilizados os instrumentos do Subsistema de Monitoria e Avaliação do SISTAFE, bem como os relatórios do Instituto Nacional de Estatística. A monitoria e avaliação serão realizadas à nível nacional, provincial, distrital, autárquico e escalões inferiores da administração pública, com na matriz de indicadores de desenvolvimento nacional. As realizações serão acompanhadas a nível de resultados e impacto, no curto, médio e longo prazo.

Em termos de periodicidade de monitoria e avaliação prevê-se realizar:

- i. Anualmente através do Balanço de Execução e de Implementação do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado;
- ii. Avaliação intercalar de cinco (5) em cinco anos, com o objectivo de verificar até que ponto os principais objectivos e metas estão a ser alcançados com sucesso e efectuar os ajustes necessários;
- iii. Avaliação no final do período da implementação da estratégia, com a finalidade de avaliar o sucesso dos objectivos e metas, tal como foram estabelecidos na ENDE.

A monitoria e avaliação será efectuada através da matriz de indicadores de desenvolvimento nacional que reflete os resultados para o alcance da visão e os objectivos da ENDE, subdivididos por pilares, nas suas dimensões nacional e internacional. Esses indicadores são reportados pelo instituto Nacional de Estatísticas e pelas instituições e agências internacionais. No entanto, serão identificados outros indicadores (produto) sujeitos a metas específicas definidas pelos órgão de implementação alinhados aos indicadores principais da matriz de desenvolvimento nacional, com a finalidade de acompanhar a análise do processo e progresso do desenvolvimento nacional.

VII. MATRIZ DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (2024-2043)

ANEXO.1: PILAR I TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA

INDICADOR	Base	Metas Quinquenais				Programas Prioritários
		2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	
Taxa média de crescimento do PIB real (%), incluindo GNL	4.4	9.0	9.3	7.7	9.2	Programa 1.1 - Estabilidade Macroeconómica.
Taxa média de crescimento do PIB real (%), excluindo GNL	4.4	5.7	8.1	9.2	10.5	
Crescimento médio anual do PIB per capita, incluindo GNL (em USD)	605.9	1,053.9	1,676.1	2,270.7	3,309.3	
Crescimento médio anual do PIB per capita, excluindo GNL (em USD)	605.9	948.6	1324.8	1,870.0	2,925.0	
Taxa de Desemprego (%)	18.4	14.7	11.8	9.4	7.5	
Taxa de Inflação média anual (%)	10.3	7.2	5.0	3.5	2.4	
Receita do Estado (em % do PIB)	23.3	30.3	42.4	55.1	63.4	
Despesa do Estado (em % do PIB)	36.2	41.6	47.9	52.7	57.9	
Stock da Dívida Pública (em % do PIB)	36.2	43.4	45.6	31.9	22.3	
Saldo Primario (em % do PIB)	1.2	(11.3)	(5.5)	2.5	5.5	
Investimento Directo Estrangeiro (IDE), (em % do PIB)	10.7	20.3	38.6	42.1	45.9	
Exportação Total (em % do PIB)	33.6	38.6	44.4	51.1	58.7	Programa 1.2 - Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade
Exportação excluindo GNL (em % do PIB)	8.2	10.7	17.1	27.4	37.0	
Importação Total (em % do PIB)	60.1	72.1	86.5	74.4	55.8	
Importação excluindo GNL (em % do PIB)	31.1	40.4	48.5	43.7	34.9	
Balança comercial (em % do PIB)	(26.5)	(33.5)	(42.1)	(23.3)	2.9	
Balança comercial excluindo GNL (em % do PIB)	(22.9)	(29.7)	(31.4)	(16.2)	2.1	
Contribuição sectorial para a taxa de crescimento do PIB						
- Primário	2.3	6.7	6.3	3.9	4.5	
- Secundário	0.2	0.4	0.7	1.3	2.0	
- Terciário	1.9	1.9	2.2	2.4	2.6	
Peso sectorial na economia em % do PIB						
- Primário	36.8	44.5	50.8	52.5	53.5	
- Secundário	12.4	10.6	9.5	9.9	10.9	
- Terciário	50.8	44.8	39.7	37.6	35.5	
Produtividade Laboral Média por sector da economia (USD)	3,126.3	3,545.6	4,830.9	6,732.3	8,189.3	
- Primário	803.7	1,044.8	1,358.2	1,765.7	2,295.4	
- Secundário	4,586.5	4,632.4	5,095.6	8,000.1	12,560.2	
- Terciário	3,275.9	3,701.8	4,183.0	4,726.8	5,341.3	
Índice Global de Competitividade (pontos 0 à 100)	38.1	40.0	42.0	46.2	53.1	Programa 1.3 - Investigação científica, tecnologia e inovação
Despesas em inovacao, pesquisa e desenvolvimento (em % do PIB)	0.3	0.4	0.6	1.7	1.8	
Patentes registradas		Por Definir				
Startups por ano		Por Definir				

ANEXO.2: PILAR II TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA

INDICADOR	Base	Metas Quinquenais				Programas Prioritários
		2024-2028	2029-2033	2034-2035	2039-2043	
Índice de Desenvolvimento Humano % (IDH)	0.446	0.480	0.554	0.640	0.738	Programa 2.1 – População e Capital Humano.
Taxa de crescimento da população	2.5	2.3	2.1	1.9	1.7	
Índice de Desigualdade (GINI)	0.5	0.5	0.4	0.4	0.3	
Proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza nacional (%)	68.2	62.2	51.3	37.8	27.9	
Incidência da Pobreza Multidimensional %	53.0	43.6	35.8	29.5	24.2	
Esperança de vida à nascença (anos)	55.7	60.3	65.1	70.3	76.0	
Percentagem de crianças menores de 5 anos com desnutrição crónica (%)	37.0	35.5	29.8	20.3	18.7	
Percentagem de crianças menores de 5 anos com desnutrição aguda (%)	4.0	3.6	3.0	2.4	2.0	
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	39.0	34.9	27.6	21.8	17.2	
Prevalência de HIV de 15 aos 49 anos (%)	12.6	11.3	10.1	9.0	8.0	
Prevalência da Malária em crianças de 6-59 meses (%)	32.0	28.8	24.4	20.7	17.5	
Percentagem de uso de métodos modernos entre as mulheres de 15–49 anos de idade	25.4	31.5	39.0	48.3	59.8	
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais	38.3	33.9	28.1	23.3	19.3	
Percentagem da população de 5 anos de idade ou mais com nível de ensino Frequentado	23.9	27.1	34.4	43.6	55.3	
Média de anos de escolaridade	3.6	3.9	4.4	4.8	5.4	
Paridade entre a província com o maior e menor desempenho em rácio alunos por professor, ensino primário público	0.6	0.8	1.2	1.9	2.8	
Percentagem de agregados familiares cobertos por programas de protecção social básica	15.3	19.0	25.8	33.5	43.6	Programa 2.3 - Protecção, assistência e inclusão social.
Percentagem de pessoas vivendo a baixo da linha da pobreza beneficiando dos Programas de Protecção Social	61.6	64.7	67.9	71.3	74.9	
Despesa do governo em programas de Protecção social (% do PIB)	0.5	0.7	1.2	1.7	2.2	
Taxa líquida de escolarização primária de crianças com deficiência						
Percentagem de crianças vítimas de uniões prematuras	41.1	36.2	31.8	26.7	21.4	
Percentagem de vítimas de violência que acederam aos serviços de atendimento integrado	21.0	25.2	30.2	39.3	51.1	

INDICADOR	Base	Metas Quinquenais				Programas Prioritários
		2024-2028	2029-2033	2034-2035	2039-2043	
Taxa de empregabilidade dos graduados da educação profissional (%)	47.0	49.4	51.8	54.4	57.1	Programa 2.2 - Emprego, empreendedorismo e auto-emprego.
Taxa de participacao em programas de educacao e treinamento para jovens	35.3	38.8	42.7	47.0	51.7	
Taxa de desemprego juvenil	por definir					
Taxa de Participacao da populacao em eventos culturais e artisticos	-	por definir				Programa 2.4 - Juventude, Cultura e Desporto.
Taxa de uso de instalacoes culturais (museus, teatros e bibliotecas) pela populacao						
Contribuição das indústrias culturais e criativas para o PIB						
Investimento em artes e cultura em % do PIB						
Taxa de participacao da populacao em atividades desportivas e recreativas	16.3	por definir				
Taxa de participação de jovens atletas em programas de desenvolvimento desportivo como jogos escolares, clubes ou escolas desportivas	por definir					
Sucesso de jovens atletas em competicoes desportivas nacionais e internacionais (registo de medalhas e prémios)	por definir					
Índice de desenvolvimento do Genero (IDG)	0.922	0.931	0.941	0.950	0.959	Programa 2.5 – Género
Índice de Desigualdade de Género	0.523	0.554	0.588	0.623	0.660	
Esperanca de vida a nascença	-					
Homens	52.90	57.1	61.7	66.6	72.0	
Mulheres	58.22	63.5	68.5	74.0	79.9	
Anos Médios de Escolaridade	-					
Homens	4.50	5.0	5.4	5.7	6.0	
Mulheres	2.60	2.81	3.26	3.91	4.85	
Taxa de participação na força de trabalho (PEA)	-					
Homens	87.1	88.8	90.6	92.4	94.3	
Mulheres	83.1	85.6	88.2	90.8	93.5	
Percentagem de assento ocupados pelas mulheres no parlamento	42.20	43.04	46.49	50.21	54.22	

ANEXO.3: PILAR III INFRAESTRUTURAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

INDICADOR	Base	Metas Quinquenais				Programas Prioritários
		2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	
Capacidade de armazenamento de água (Mil Milhões de m3)	10,047,610	11,052,371	12,157,608	13,373,369	14,710,706	Programa 3.1 - Infraestruturas Económicas
Trafego de Mercadorias em Tonelada por Km	15,716	18,859	22,631	31,683	44,357	
Manuseamento portuário em Toneladas métricas	48,227	57,872	69,447	83,336	100,004	
Capacidade instalada (GWh) para a geração de energia	19,286	27,000	37,801	52,921	73,000	
Percentagem da população que fez uso dos serviços de saúde	67.1	69.8	72.6	75.5	78.5	Programa 3.2 - Infraestruturas Sociais
Percentagem da população satisfeita em relação aos cuidados de saúde prestados	59.6	63.2	70.8	79.2	88.8	
Taxa líquida de escolarização ensino primário	112.8	115.5	119.7	124.0	128.4	
Taxa líquida de escolarização ensino secundário	43.4	44.7	47.4	51.6	57.8	
Taxa bruta de escolarização do ensino técnico e profissional	1.5	1.9	2.8	4.2	6.3	
Taxa bruta de Escolarização no Ensino Superior	6.0	7.5	11.3	16.9	25.3	
Rácio aluno por professor ensino primário	58.4	54.9	50.0	44.0	38.7	
Rácio aluno por turma ensino secundário	62.4	58.7	53.4	48.6	44.2	
Transporte de passageiros em PKm	54,402	59,842	65,826	72,409	79,650	
Percentagem da população que consome água proveniente de fonte segura	53.6	57.4	65.4	74.5	85.0	
Percentagem da população que usa o saneamento seguro	31.7	37.1	49.7	58.1	68.0	
Percentagem da população com acesso a energia da rede pública	39.0	50.7	63.4	79.2	100	
Percentagem da população que vive em habitações construídas com blocos de cimento	37.3	44.4	52.8	62.9	74.8	
Percentagem da população que vive em habitações cobertas por laje de betão	1.6	3.7	8.5	26.0	46.7	
Percentagem da população que vive em habitações cobertas por chapas de Zinco	44.2	46.3	48.5	50.8	53.2	
Percentagem da população que usa a lenha como fonte de energia ou combustível para co	71.9	70.2	63.7	49.0	42.2	
Taxa de cobertura do registo de nascimento	41.8	46.0	52.9	60.8	69.9	Programa 3.3 - Infra-estruturas de Administração
Rácio Juiz por 100 mil Habitantes	1.7	1.9	1.9	2.2	2.2	

ANEXO.4: PILAR IV GOVERNAÇÃO

INDICADOR	Base	Metas Quinquenais				Programas Prioritários
		2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	
Estabilidade Política e ausência de violência / terrorismo, (pontos 0 à 100)	11.3	24.2	33.3	46.0	63.4	Programa 4.1 - Soberania e integridade territorial.
Voz e Responsabilização, (pontos 0 à 100)	31.4	41.2	47.6	55.0	63.5	
Eficácia do governo, (pontos 0 à 100)	22.6	31.2	40.1	47.8	56.9	Programa 4.2 - Democracia e participação.
Estado de direito, (pontos 0 à 100)	15.9	21.6	29.4	40.0	54.5	
Qualidade de regulação, (pontos 0 à 100)	24.5	32.5	39.5	48.1	58.6	
Controle da Corrupção	15.9	19.9	24.8	32.3	42.0	Programa 4.3 - Administração pública.
Índice geral de Facilidade para Fazer Negócios	55.0	57.8	60.6	63.7	66.9	
Taxa de Resolução de processos judiciais	60.4	69.5	79.9	91.9	100.0	
Tempo Médio de resolução de litígio (meses)	8	7	5	4	3	Programa 4.4 - Ambiente de negócios.
Porcentagem de casos de corrupção acusados por total de casos entrados	78.0	79.6	81.2	82.8	84.4	
População abrangida por serviços de comunicação social (%)	22.0	26.4	30.4	34.9	40.2	Programa 4.5 - Cooperação.
Grau de satisfação dos utentes com a qualidade de serviços prestados pela Administração Pública (escala de 0 a 10)	2.9	3.2	3.7	4.4	5.3	

ANEXO.5: PILAR V AMBIENTE E ECONOMIA CIRCULAR

INDICADOR	Base	Metas Quinquenais				Programas Prioritários
		2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	
Planos de Estrutura Urbana elaborados	2.0	3	6	9	11	Programa 5.1 - Planeamento e Ordenamento Territorial.
Elaborados/revistos Instrumentos de Ordenamento Territorial (IOTS)	40.00	43.20	46.66	50.39	54.42	
Hectares (ha) de Terra recuperada	181213	190,273.7	199,787.3	209,776.7	220,265.5	
Titulacao de Terras	50.0	52.5	55.1	57.9	60.8	
Km2 de área com cartas topograficas actualizadas	30,000.0	33,000.0	37,950.0	43,642.5	50,188.9	
Índice de Desempenho Ambiental, (pontos de 0 à 100)	31.7	36.1	46.5	53.6	59.9	Programa 5.2 – Ambiente.
Vitalidade do Ecossistema	44.5	50.2	56.6	60.2	64.1	
Mudanças Climáticas	19.3	29.5	45.2	57.2	67.3	
Saúde Ambiental	28.3	28.7	37.6	43.3	48.4	
Dq. Gestão de Resíduo	9.8	24.2	33.1	45.3	62.0	
Proporção de energías renováveis no mix energético	por definir					
Investimentos em iniciativas de adaptação às mudanças climáticas						
Nível de educação ambiental da população						
Infra-estruturas de gestão de residuos estabelecidas						
Nivel de adulteração de combustiveis liquidos (%)	40.0	36.0	32.4	29.2	20.4	
Infraestruturas resilientes às mudanças climáticas	7.0				14.0	
Capacidade de previsão e resposta a enventos extremos, cheias e secas, (nº de dias)	5.0	5.0	4.0	3.0	2.0	
Proporção de resíduos sólidos tratados e dispostos adequadamente (%)	10.0	15.0	22.5	33.8	50.0	Programa 5.3 - Economia Circular.
Produção de materiais reciclados	30.0	33.0	36.3	39.9	49.9	
Participação de empresas e instituições em programas de economia circular e sustentabilidade, (em %)	15	22.5	33.8	50.6	74.9	

ANEXO 6. RESULTADOS DO CENÁRIOS

Resultados do Cenário Base

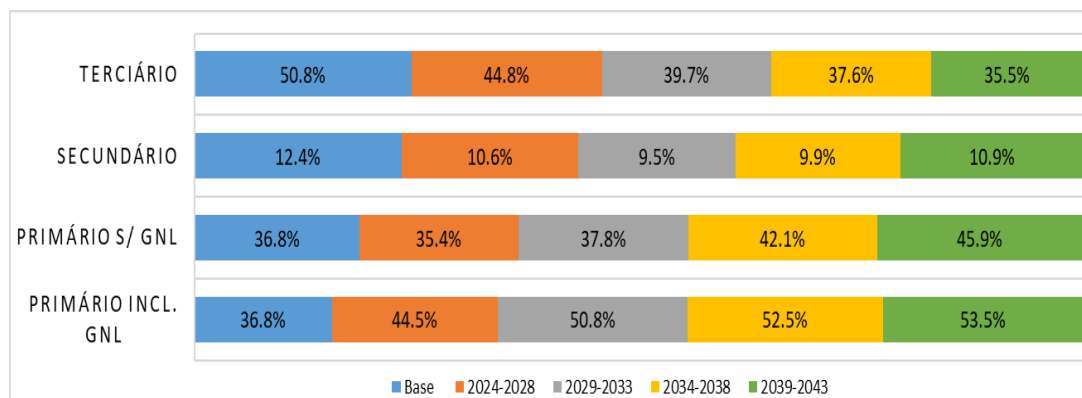
Tabela1: Taxas médias anuais de crescimento, população e PIB per capita

Indicadores	Base	2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	Média de 20 anos
Taxa de crescimento incl. GNL	4.4%	7.4%	5.1%	5.9%	6.2%	6.2%
PIB Per Capita incl. GNL	605.9	1,000.9	1,329.0	1,611.1	2,015.6	1,489.2
Taxa de crescimento s/ GNL	4.4%	4.5%	6.0%	6.4%	6.8%	5.9%
PIB Per Capita s/GNL	605.9	914.8	1,176.6	1,436.7	1,861.7	1,347.5
População 10^6	31.6	34.6	39.6	44.1	49.8	42.0
Taxa de crescimento da População	2.5%	2.5%	2.5%	2.3%	2.1%	2.3%

Tabela 2: Taxa de crescimento média anual do volume por sector da economia

Sector	Base	2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	Média de 20 anos
Primário incl. GNL	6.0%	18.0%	5.1%	5.4%	4.8%	8.3%
Primário s/ GNL	6.0%	5.8%	7.0%	6.5%	6.3%	6.4%
Agricultura	5.6%	5.3%	6.0%	5.4%	5.2%	5.4%
Pescas	3.1%	2.7%	3.1%	3.1%	2.9%	2.9%
Ind. Extraç. Mineira (excl. GNL)	9.2%	9.3%	12.0%	11.2%	11.0%	10.9%
Industria Extractiva GNL	0.0%	54.9%	-0.6%	2.0%	0.1%	14.1%
Secundário	1.8%	3.1%	5.3%	6.7%	7.2%	5.6%
Industria Transformadora	0.5%	2.0%	5.0%	8.5%	9.4%	6.2%
Electricidade Gaz e Água	4.0%	4.0%	5.7%	6.0%	6.1%	5.5%
Construção	1.0%	3.2%	5.2%	5.6%	5.9%	5.0%
Terciário	3.7%	3.6%	4.7%	5.3%	5.6%	4.8%
dq. serviços não administrativos	4.8%	3.0%	4.1%	4.9%	5.4%	4.4%
Comércio e Serv. Reparação	1.3%	2.5%	4.2%	4.8%	6.0%	4.4%
Hoteis e Restaurantes	10.7%	3.3%	4.1%	5.6%	5.6%	4.6%
Transportes, Armazenagem e Inform. e Com.	8.8%	4.1%	5.3%	5.3%	5.5%	5.0%
Serviços Financeiros	3.1%	3.4%	4.3%	5.2%	6.0%	4.7%
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	0.3%	1.6%	2.7%	3.7%	4.1%	3.0%
Serviços Administrativos	2.5%	4.3%	5.3%	5.6%	5.9%	5.3%
Administração Publica	2.0%	4.8%	5.4%	4.8%	4.0%	4.8%
Educação	3.3%	4.2%	5.5%	6.1%	6.9%	5.7%
Saúde e Acção Social	2.3%	5.1%	6.2%	6.6%	6.8%	6.2%
Outros Serviços	2.4%	3.1%	4.1%	4.9%	5.8%	4.5%
Impostos sobre Produtos	3.2%	2.9%	2.5%	2.2%	1.8%	2.4%
Taxa do crescimento PIB real incl. GNL	4.4%	7.4%	5.1%	5.9%	6.2%	6.2%
Taxa do crescimento PIB real s/ GNL	4.4%	4.5%	6.0%	6.4%	6.8%	5.9%

Fig. Estrutura por sector da economia



Resultados do Cenário Optimista2

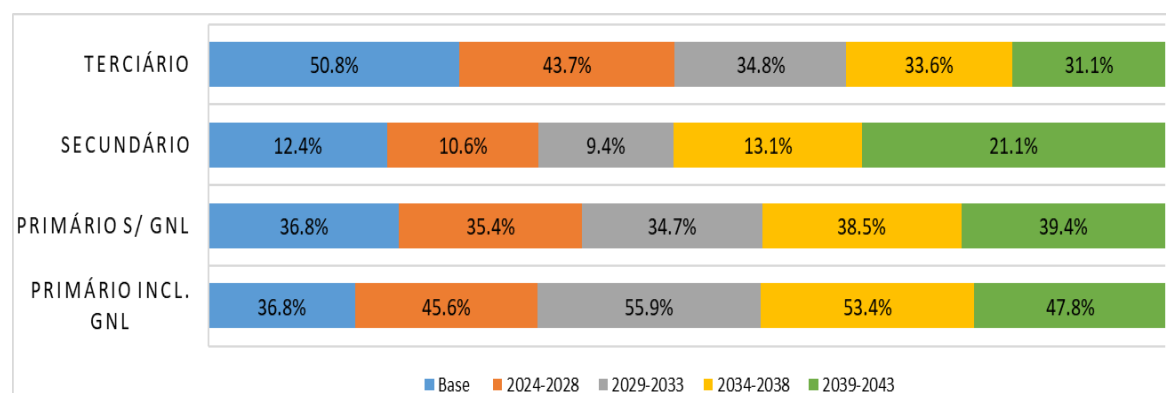
Tabela.1: Taxas médias anuais de crescimento, população e PIB per capita

Indicadores	Base	2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	Média de 20 anos
Taxa de crescimento incl. GNL	4.4%	9.8%	10.6%	10.3%	13.4%	11.0%
PIB Per Capita incl. GNL	605.9	1,080.9	1,864.2	2,880.5	5,120.9	2,736.6
Taxa de crescimento s/ GNL	4.4%	6.5%	9.8%	12.1%	14.8%	10.8%
PIB Per Capita s/ GNL	605.9	975.1	1,500.0	2,453.8	4,699.5	2,407.1
População 10⁶	31.6	34.2	37.5	40.3	42.8	38.7
Taxa de crescimento da População	2.5%	1.9%	1.4%	1.3%	1.3%	1.5%

Tabela 2.: Taxa de crescimento média anual do volume por sector da economia

Sector	Base	2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	Média de 20 anos
Primário incl. GNL	6.0%	20.0%	11.2%	7.5%	7.4%	11.5%
Primário s/ GNL	6.0%	8.0%	9.6%	9.8%	9.9%	9.3%
Agricultura	5.6%	6.9%	9.0%	9.0%	8.9%	8.4%
Pescas	3.1%	3.3%	4.4%	4.5%	4.3%	4.1%
Ind. Extraç. Mineira (excl. GNL)	9.2%	13.8%	15.3%	15.8%	16.4%	15.3%
Industria Extractiva GNL	0.0%	55.8%	16.2%	0.9%	0.1%	18.2%
Secundário	1.8%	5.2%	10.8%	15.0%	17.0%	12.0%
Industria Transformadora	0.5%	4.9%	13.2%	23.5%	27.5%	17.3%
Electricidade Gaz e Água	4.0%	5.2%	9.1%	10.1%	10.9%	8.8%
Construção	1.0%	5.5%	10.2%	11.2%	12.6%	9.9%
Terciário	3.7%	5.2%	7.8%	9.6%	11.0%	8.4%
dq. serviços não administrativos	4.8%	4.5%	7.7%	10.3%	12.0%	8.6%
Comércio e Serv. Reparação	1.3%	4.7%	9.0%	11.5%	14.1%	9.8%
Hoteis e Restaurantes	10.7%	5.8%	8.1%	12.1%	12.6%	9.6%
Transportes, Armazenagem e Inform. e Con	8.8%	5.1%	8.6%	9.8%	11.2%	8.7%
Serviços Financeiros	3.1%	4.7%	7.6%	10.1%	12.6%	8.8%
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	0.3%	2.1%	5.3%	8.1%	9.6%	6.3%
Serviços Administrativos	2.5%	6.0%	7.8%	8.9%	10.1%	8.2%
Administração Publica	2.0%	9.1%	11.6%	11.8%	11.9%	11.1%
Educação	3.3%	4.7%	5.2%	5.2%	5.2%	5.0%
Saúde e Acção Social	2.3%	5.7%	7.8%	9.8%	12.3%	8.9%
Outros Serviços	2.4%	4.3%	6.8%	8.8%	10.9%	7.7%
Impostos sobre Produtos	3.2%	3.5%	3.6%	3.6%	3.6%	3.6%
Taxa do crescimento PIB real incl. GNL	4.4%	9.8%	10.6%	10.3%	13.4%	11.0%
Taxa do crescimento PIB real s/ GNL	4.4%	6.5%	9.8%	12.1%	14.8%	10.8%

Fig. Estrutura por sector da economia



Resultados do Cenário Pessimista

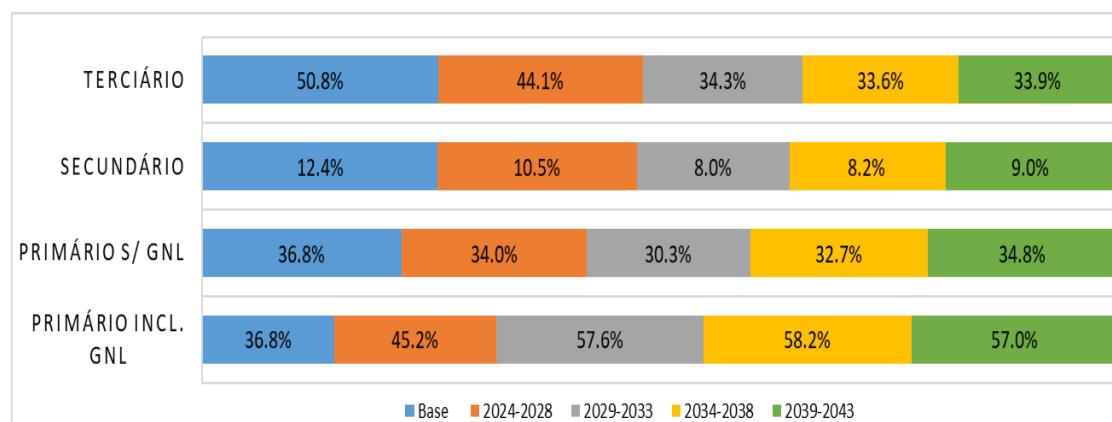
Tabela.1: Taxas médias anuais de crescimento, população e PIB per capita

Indicadores	Base	2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	Média de 20 anos
Taxa de crescimento incl. GNL	4.4%	7.0%	6.3%	2.9%	2.6%	4.7%
PIB Per Capita incl. GNL	605.9	987.3	1,368.2	1,477.9	1,531.7	1,341.3
Taxa de crescimento s/ GNL	4.4%	3.3%	4.0%	3.6%	3.4%	3.6%
PIB Per Capita s/GNL	605.9	882.9	1,029.6	1,108.4	1,201.1	1,055.5
População 10^6	31.6	34.7	40.3	47.4	54.6	44.3
Taxa de crescimento da População	2.5%	2.7%	2.9%	3.1%	3.3%	3.0%

Tabela 2.: Taxa de crescimento média anual do volume por sector da economia

Sector	Base	2024-2028	2029-2033	2034-2038	2039-2043	Média de 20 anos
Primário incl. GNL	6.0%	17.0%	7.7%	3.1%	2.5%	7.6%
Primário s/ GNL	6.0%	4.1%	4.9%	3.9%	3.3%	4.1%
Agricultura	5.6%	4.6%	5.1%	4.0%	3.2%	4.2%
Pescas	3.1%	2.5%	2.9%	2.5%	2.2%	2.5%
Ind. Extraç. Mineira (excl. GNL)	9.2%	5.3%	6.8%	5.2%	4.6%	5.5%
Industria Extractiva GNL	0.0%	55.8%	16.2%	0.9%	0.1%	18.2%
Secundário	1.8%	2.1%	3.3%	3.8%	3.9%	3.3%
Industria Transformadora	0.5%	1.4%	2.9%	4.6%	5.1%	3.5%
Electricidade Gaz e Água	4.0%	2.9%	3.8%	3.8%	3.7%	3.6%
Construção	1.0%	2.1%	3.1%	2.9%	2.8%	2.7%
Terciário	3.7%	2.6%	3.1%	3.3%	3.2%	3.1%
dq. serviços não administrativos	4.8%	2.1%	2.6%	3.0%	3.1%	2.7%
Comércio e Serv. Reparação	1.3%	1.6%	2.5%	2.9%	3.4%	2.6%
Hoteis e Restaurantes	10.7%	1.1%	1.3%	1.9%	1.7%	1.5%
Transportes, Armazenagem e Inform. e Com.	8.8%	3.6%	4.1%	3.9%	3.8%	3.9%
Serviços Financeiros	3.1%	3.0%	3.4%	3.8%	4.2%	3.6%
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	0.3%	1.4%	1.9%	2.4%	2.5%	2.1%
Serviços Administrativos	2.5%	3.1%	3.6%	3.5%	3.4%	3.4%
Administração Publica	2.0%	2.8%	2.9%	1.4%	-0.2%	1.7%
Educação	3.3%	2.8%	3.5%	3.9%	4.3%	3.7%
Saúde e Acção Social	2.3%	4.2%	4.9%	5.2%	5.2%	4.9%
Outros Serviços	2.4%	2.7%	3.2%	3.6%	4.0%	3.4%
Impostos sobre Produtos	3.2%	2.5%	2.0%	1.5%	1.0%	1.7%
Taxa do crescimento PIB real incl. GNL	4.4%	7.0%	6.3%	2.9%	2.6%	4.7%
Taxa do crescimento PIB real s/ GNL	4.4%	3.3%	4.0%	3.6%	3.4%	3.6%

Fig. Estrutura por sector da economia



ANEXO 5. GLOSÁRIO

Auto-emprego- É a forma de trabalho ou de sobrevivência que um indivíduo encontra sem ter algum tipo de vínculo formal com uma organização, ou seja, trabalha por conta própria.

Coefficiente de GINI- É um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Desnutrição crónica- É uma manifestação física de uma desnutrição a longo termo que retarda o crescimento e desenvolvimento.

Dividendo Demográfico- É o benefício económico resultante de um aumento significativo no rácio de adultos em idade activa em relação aos dependentes jovens que é possível graças ao rápido declínio da fecundidade e da mortalidade, se essa mudança for acompanhada por investimentos sustentados nas áreas de educação, desenvolvimento de competências, saúde e criação de emprego.

Empreendedorismo- É a capacidade de identificar oportunidades e transformá-las em um negócio viável e lucrativo, por meio da criação, organização e gestão de uma empresa ou empreendimento.

Emprego- É uma actividade realizada com o objectivo de suprir as necessidades financeiras, ou seja, é produzir algo em troca de uma remuneração.

Expectativa de vida- É o número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade prevalentes no tempo do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo de sua vida.

Índice de Desenvolvimento do Género (IDG)- É um índice projectado para medir a igualdade de género.

Índice Desenvolvimento Humano (IDH) - É um índice desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e integra uma média simples de três indicadores: a longevidade, medida pela esperança de vida à nascença; nível educacional, medido por combinação de alfabetização adulta (ponderação em dois terços) com a taxa de escolaridade conjunta do primário, secundário e superior (ponderação em um terço); e nível de vida, medido pelo Produto Interno Bruto real per capita. O índice é calculado dividindo a soma dos três indicadores por três.

População Economicamente Activa (PEA) - É o conjunto de pessoas de 15 anos ou mais que constituem a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços. Compreende as pessoas que trabalham e as que procuram activamente um emprego.

Pobreza Multidimensional- Refere-se a um conjunto de privações sofridas pelos indivíduos ou famílias como por exemplo não ter acesso à água potável, a uma habitação condigna, à educação, aos cuidados de saúde, saneamento adequado e bens duráveis.

Política de População- É o conjunto de medidas e acções realizadas pelo governo para influenciar (directa ou indirectamente) as variáveis demográficas, nomeadamente a fecundidade, mortalidade e migração, bem como outros aspectos da dinâmica da população, tais como: crescimento, distribuição, composição, tamanho e estrutura da população. As políticas de população são geralmente adoptadas e implementadas como parte integrante das estratégias de desenvolvimento dos países.

Produto Interno Bruto- O total de bens e serviços para consumo final de uma economia, produzido por residentes e não-residentes, independentemente da sua afectação a factores produtivos nacionais ou estrangeiros. Não inclui deduções para depreciação do capital físico ou esgotamento e degradação dos recursos naturais.

Taxa de crescimento populacional- É a taxa segundo a qual a população aumenta ou diminui num dado ano, como resultado do excedente ou défice de nascimento relativamente aos óbitos

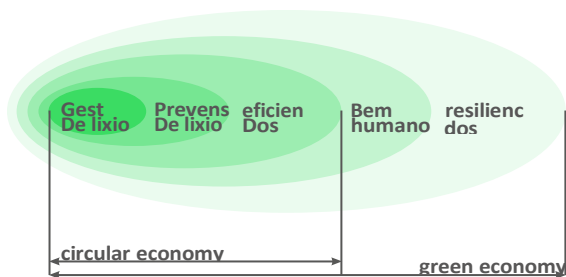
Taxa de Mortalidade Infantil- Número anual de óbitos de crianças menores de um ano por cada 1000 nados-vivos. Ou seja, a probabilidade de morrer entre o nascimento e um ano exacto de idade, vezes 1000.

Sector agrário: este sector compreende a agricultura, pecuária, sicultura e pescas.

Capital Humano: O Capital Humano diz respeito aos factores que directamente influenciam na capacidade do Homem ter uma vida de qualidade, ser saudável, ser instruído e participar activamente na vida da comunidade. O Capital Humano refere-se aos elementos fundamentais para o desenvolvimento humano que são a educação, a saúde e as outras condições básicas de vida.

Competitivo: é a capacidade do país participar nos mercados internacionais com sucesso e ao mesmo tempo aumentar o nível de vida dos seus cidadãos ou seja, ser capaz de suportar a concorrência imposta pela oferta de outros países no mercado internacional, vender os seus produtos e serviços de forma rentável e atrair investimento estrangeiro para o país, resultando num maior crescimento económico com potenciais benefícios para os cidadãos, sobretudo, através de aumento de oportunidades de emprego e da geração de rendimento.

Economia Circular - A Economia Circular é um modelo que gira principalmente em torno do processo produtivo e do individuo. Através do desenvolvimento tecnológico e da inovação, torna-se eficiente a utilização dos recursos disponíveis e promove-se a reutilização dos produtos finais através da sua reciclagem. Dessa forma, o objetivo é reduzir o desperdício.



Economia Verde - olha para o desenvolvimento de forma sustentável, incluindo na sua lógica o ambiente, o bem-estar social e a capacidade do ecossistema de ser resiliente ao stress causado pela intervenção humana.

Eficácia do Governo - Grau de satisfação dos utentes pelos serviços prestados pela administração pública.

Inclusivo: significa que o país, continuará a desenvolver medidas para integração de pessoas e regiões excluídas, vulneráveis e marginalizadas na sociedade, garantindo os seus direitos e oferecer oportunidades iguais.

Índice de Capital Humano: o ICH propõe uma estimativa da produtividade futura se as condições atuais persistirem. o ICH varia de 0 a 1.

Próspero: significa melhorar o nível e a qualidade de vida através de ganhos económicos, do progresso no desenvolvimento humano e social e da utilização sustentável da riqueza gerada pelo aproveitamento económico dos recursos naturais.

Seguro: significa que no país os episódios de violência, conflitos armados e crises políticas devem ser resolvidos e ultrapassados de modo que seja possível, em todo território nacional, viver-se em tranquilidade, mas também é fundamental para a economia porque somente um país seguro atrai turistas e investidores.

Sustentável: significa utilizar o capital natural que o país dispõe de forma racional e consciente, sem comprometer a sua disponibilidade para as gerações futuras, isto é, proteger e preservar o meio ambiente de modo a: (i) utilizar os recursos naturais com responsabilidade, e (ii) garantir a regeneração natural dos sistemas naturais que fornecem os principais serviços para a manutenção da vida.

Cenário Fiscal de Médio Prazo – identifica as projecções de crescimento económico, a receita fiscal, o nível de fiscalidade, a despesa pública, os riscos fiscais e medidas de mitigação para a materialização do Programa Quinquenal.

Estrutura Demográfica – é a classificação da população em grupos determinados e segundo certos critérios, tais como etnia, idade e sexo e ocupação profissional.

Objectivos de desenvolvimento sustentável – são um apelo global a acção para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam disfrutar de paz e prosperidade.

Política fiscal – é o uso que o Governo faz dos seus gastos e receitas para influenciar a demanda doméstica e, portanto, o crescimento económico. A demanda agregada de uma economia é composta por: consumo das famílias, investimento, exportações líquidas (exportações menos importações) e pelos gastos do Governo.

Produtividade laboral – refere-se a produtividade do próprio trabalhador, pode ser definido como o volume de tarefas que um trabalhador pode realizar num determinado horário (numa hora ou num dia, por exemplo).

Índice de Desenvolvimento Humano – compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças.

Índice de performance ambiental – é o método para quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental das políticas de um País.

Transição demográfica - É um processo caracterizado pela mudança nos padrões de crescimento de uma população e influenciado especialmente pela natalidade e mortalidade.

Commodities – são produtos de origem agro-pecuária ou de extracção mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria.

Infra-estruturas resilientes – são aquelas capazes de resistir, absorver, acomodar ou se recuperar de impactos como desastres naturais de maneira rápida e eficiente, inclusive pela preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas essenciais.

Parcerias Públicos Privados – São contratos que determinam um vínculo entre o poder público e a iniciativa privada. Seu objectivo é implementar, total ou parcialmente, serviços, obras e actividades de interesse da população.